



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
REGIONAL CATALÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

KÊNIA LARISSA SANTOS ALVES

A LUTA PELA TERRA NO SUDESTE GOIANO: o Assentamento Olga Benário de Ipameri (GO) pela narrativa de agentes pastorais da Comissão Pastoral da Terra (CPT)

Catalão (GO)
2018

**TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR
VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES E DISSERTAÇÕES
NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG**

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº. 9610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou *download*, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

1. Identificação do material bibliográfico: Dissertação Tese

2. Identificação da Tese ou Dissertação:


Nome completo do autor: Kênia Larissa Santos Alves

Título do trabalho: A LUTA PELA TERRA NO SUDESTE GOIANO: o Assentamento Olga Benário de Ipameri (GO) pela narrativa de agentes pastorais da Comissão Pastoral da Terra- CPT

3. Informações de acesso ao documento:

Concorda com a liberação total do documento SIM NÃO¹

Havendo concordância com a disponibilização eletrônica, torna-se imprescindível o envio do(s) arquivo(s) em formato digital PDF da tese ou dissertação.


Assinatura do(a) autor(a)²

Ciente e de acordo


Assinatura do(a) orientador(a)²

Data: 07 / 03 / 2019

¹ Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. A extensão deste prazo suscita justificativa junto à coordenação do curso. Os dados do documento não serão disponibilizados durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

² A assinatura deve ser escaneada.

KÊNIA LARISSA SANTOS ALVES

A LUTA PELA TERRA NO SUDESTE GOIANO: o Assentamento Olga Benário de Ipameri (GO) pela narrativa de agentes pastorais da Comissão Pastoral da Terra (CPT)

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia, da Universidade Federal de Goiás - Regional Catalão, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Geografia.

Área de concentração: Geografia e Ordenamento do Território

Linha de Pesquisa: Trabalho e Movimentos Sociais

Orientador: Prof. Dr. João Cleps Júnior

Catalão (GO)
2018

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Alves, Kênia Larissa Santos

A LUTA PELA TERRA NO SUDESTE GOIANO: [manuscrito] : o Assentamento Olga Benário de Ipameri (GO) pela narrativa de agentes pastorais da Comissão Pastoral da Terra (CPT) / Kênia Larissa Santos Alves. - 2018.
cx, 110 f.: il.

Orientador: Prof. Dr. João Cleps.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás, Unidade Acadêmica Especial de Geografia, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Catalão, 2018.

Bibliografia. Anexos.

Inclui siglas, mapas, fotografias, tabelas, lista de figuras, lista de tabelas.

1. Questão Agrária. 2. Comissão Pastoral da Terra (CPT). 3. Ipameri (GO). 4. Assentamento Olga Benário . I. Cleps, João, orient. II. Título.

CDU 911



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
REGIONAL CATALÃO
UAE - INSTITUTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
Av. Lamartine P. Avelar, 1.120 - Setor Universitário - Catalão (GO) CEP - 75704 020
Fone/fax: (64) 3441-5331. E-mail: mestradogeografia@gmail.com



ATA DA SESSÃO DE JULGAMENTO DA DEFESA PÚBLICA DE DISSERTAÇÃO DE Kênia Larissa Santos Alves

Aos vinte e sete dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezoito (27/09/2018), às 14h (quatorze horas), na Sala de Aula do Mestrado em Geografia, Regional Catalão/UFG, teve lugar a 150ª Sessão Pública de Julgamento da Dissertação de Mestrado **Kênia Larissa Santos Alves**, matrícula nº 20160952, CPF 018.604.651-02, intitulada "**A LUTA PELA TERRA NO SUDESTE GOIANO**: o Assentamento Olga Benário de Ipameri (GO) pela narrativa de agentes pastorais da Comissão Pastoral da Terra - CPT". A Banca Examinadora foi composta, conforme Portaria nº. 025/2018 do Programa de Pós-Graduação em Geografia-RC/UFG, pelos Professores João Cleps Junior (Orientador) CPF nº 032.209.698-79, Dr. Evandro César Clemente (Membro Externo) CPF nº 215.018.348-00, Dra. Estevane de Paula Pontes Mendes (Membro Interno) CPF nº 497.478.601-63. Os examinadores arguíram na ordem citada, tendo a mestranda respondido satisfatoriamente. Às 16 horas e 10 minutos a Banca Examinadora passou ao julgamento, em Sessão Secreta, tendo a mestranda obtido os seguintes resultados:

Prof. Dr. João Cleps Júnior – Ass. _____

Aprovado (X) Reprovado ()

Prof. Dr. Evandro César Clemente – Ass. Evandro César Clemente

Aprovado (X) Reprovado ()

Profa. Dra. Estevane de Paula Pontes Mendes - Ass. Estevane

Aprovado (X) Reprovado ()

Obs.:

ACATAR AS QUESTÕES APRESENTADAS PELA BANCA NA VERSÃO IMPRESSA E DURANTE A DEFESA.

Presidente da Banca – Prof. Dr. João Cleps Júnior - Ass. _____

Resultado final: APROVADA (X) REPROVADA ()

Reaberta a Sessão Pública, o Presidente da Banca Examinadora proclamou o resultado e encerrou a Sessão, da qual foi lavrada a presente Ata que segue assinada pelos membros da Banca Examinadora, Mestrando examinado e pela Secretária do Programa de Pós-Graduação em Geografia-RC/UFG.

Assinatura da Mestranda: Kênia Larissa Santos Alves

Secretária do PPGGC-RC/UFG _____

Priscila Querino de Lima
Secretária do Programa de Pós-Graduação
em Geografia / Regional Catalão / UFG

Obs: O(a) aluno(a) deverá encaminhar, no prazo de até 30 (trinta) dias, a contar da data da Defesa Pública, os exemplares definitivos da Dissertação, para arquivamento e devidos encaminhamentos, conforme as normas definidas pelo PPGGC-RC/UFG.

Dedico este trabalho ao meu pequeno Orfeu, que foi sensível aos meus sentimentos e tão generoso me ofertou os mais lindos sorrisos e carinhos que eu já senti.

AGRADECIMENTOS

Pesquisar, verbo que para além do que remonta os verbetes dos dicionários, traz consigo a dimensão transformadora, na qual a realidade é elucidada ou desvendada e o sujeito torna-se pesquisador. A construção de uma pesquisa envolve prazeres e dores, ambos intensificados pela expectativa dos resultados.

Contar com o apoio de pessoas especiais, nessa trajetória tornou-a mais leve. A todas essas pessoas, expresso minha profunda gratidão:

Ao orientador João Cleps Junior, que literalmente me acolheu com seus ensinamentos, paciência e compreensão ao longo desses mais de dois anos. A sua generosidade extrapola os limites da condição de professor orientador, entre tantas qualidades essa fez minha admiração crescer ainda mais;

A Coordenação de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela concessão da bolsa em nível de mestrado, que permitiu que eu me dedicasse a essa pesquisa acadêmica de forma integral;

Aos professores Patrícia de Matos, Marcelo Venâncio, Marcelo Mendonça, Livia Mesquita, Estevane de Paula e Adriano Oliveira que avaliaram minha pesquisa no decurso do processo, através das bancas do Simpósio da Graduação e Pós Graduação, do Simpósio Interno do Mestrado e da Qualificação, nas quais importantes considerações para a continuidade da pesquisa foram oferecidas;

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Geografia – UFG – Catalão, Carmen, Estevane, João Donizete, Odelfa e João Cleps que contribuíram de forma excepcional na ministração das disciplinas contribuíram para minha formação e construção da pesquisa;

Ao professor José Henrique Stacciarini por ter me recebido e me orientado na disciplina Geografia de Goiás durante o período de Estágio Docência.

A Priscila Quirino de Lima, técnica administrativa do Programa de Pós-graduação em Geografia – UFG – Catalão, que sempre prestativa e educada, ajudou com as demandas burocráticas acadêmicas;

Aos funcionários da Secretaria Nacional da Comissão Pastoral da Terra e da CPT- Regional Centro-Sul que dispuseram seu tempo para me atender e me ajudaram a chegar até as pessoas as quais entrevistei;

A Antônio Canuto, Irmã Maria Inês e Aguiel Fonseca por terem contribuído com suas histórias e conhecimento e por terem feito despertar ainda mais em mim o interesse pela Comissão Pastoral da Terra;

Aos colegas de turma de Mestrado 2016 que juntos vivemos ricos momentos de debate e construção coletiva, dos quais guardo boas memórias, inclusive da geografia feita na mesa dos bares de Catalão e Uberlândia. Em especial ao Ramon e a Ádria, com os quais tive encontros de alma;

A Luísa Credi-Dio que me hospedou em sua casa no período do processo seletivo, ajuda sem a qual eu não haveria tido condições de me manter na cidade mesmo que em poucos dias;

Aos amigos Daisy, Thiago, Kamila, Letícia, Roberto, Gabriela Stein, Gabriella Carlos e Zaffia que me apoiaram na decisão de fazer o mestrado, vibraram comigo na aprovação pra ingresso, dividiram os dramas da pós-graduação, entenderam minha ausência e aguardam ansiosamente pelo prometido brinde;

As amigas da graduação Raquel, Marcela e Ana Luísa que participaram dos planos para esse projeto, e com quem independente do tempo e da distância eu sempre posso trocar, geograficidades, receitas de bolo, dicas pra maternagem, ou o que mais quiser;

Ao Vinicius, meu companheiro de vida, que pacientemente aguentou minhas crises, comemorou junto meus pequenos sucessos, me motivou e me encorajou sempre;

A todos os meus familiares, que torceram pelo sucesso dessa trajetória. Em especial aos meus avós e tias;

A minha irmã Kamila que foi minha companheira no trecho Goiânia – Catalão, nas estadias em Ipameri e escutou minhas lamentações, tratando-as com seu bom humor;

Aos meus pais que são meus maiores apoiadores em qualquer empreitada a qual me dedico, que foram meu suporte emocional e financeiro. Eu os amo incondicionalmente;

Ao meu filho Orfeu, que dividiu comigo as viagens, as noites dedicadas à leitura e a escrita, que do auge da sua infância soube compreender o momento e entendeu as ausências da mamãe. Por você e para você o meu amor transborda!

RESUMO

Os estudos sobre a questão agrária efervesceram a partir da década de 1980 e o tema se mantém continuamente despertando interesse sobretudo entre as ciências humanas e sociais. De forma genérica, entende-se questão agrária por um problema que consiste na acumulação de terras e assim promove o desenvolvimento do capital ao custo da distribuição injusta da terra. A Questão agrária brasileira possui raízes no período colonial, no entanto é com o advento do capitalismo que esta se torna uma questão mais latente, despertando o interesse de outros atores sociais que não os diretamente envolvidos a princípio, e ainda impulsiona a organização destes últimos em movimentos sociais. A Comissão Pastoral da Terra (CPT) é um dos organismos que nasce motivada pela injustiça social que versa a questão agrária e desde o ano de 1974 atua denunciando conflitos no campo, assessorando camponeses e promovendo a educação popular. A fim de compreender como se efetiva as ações da Comissão Pastoral da Terra, propõe-se por meio das narrativas de agentes pastorais da CPT - Regional Centro-Sul e da Diocese de Ipameri (GO), elenca-las e analisá-las. Para tanto, definiu-se como área geográfica de pesquisa o Assentamento de Reforma Agrária Olga Benário de Ipameri (GO). Para o alcance dos objetivos, optou-se por trilhar o caminho metodológico que compreendeu o levantamento do aporte teórico sobre o tema, realização de entrevistas abertas a partir de questionários semiestruturados, observação participante e análise dos dados obtidos. Verificou-se que, embora a Comissão Pastoral da Terra seja um organismo vinculado à Igreja Católica, sua atuação na Diocese de Ipameri tem relevante autonomia e articulação inclusive com lideranças religiosas de outros credos. Quanto à atuação da CPT junto aos assentados do Olga Benário, aferiu-se que o primeiro contato ocorreu ainda no acampamento e se estende até os dias de hoje por meio de várias ações, com destaque para as formações oferecidas e para o incentivo do protagonismo feminino, que é notório ao conhecer o funcionamento das duas maiores associações do assentamento. Verifica-se que o relacionamento das famílias assentadas com a CPT é amistoso e solidário de ambas as partes. Atualmente o desafio para os assentados do PA Olga Benário é a permanência em suas parcelas, a sobrevivência na terra e, neste sentido a Comissão Pastoral da Terra tem contribuído de forma decisiva, se utilizando de sua articulação política com outros atores para prover melhorias para o Assentamento. A intervenção da CPT junto às comunidades camponesas ocorre através de agentes pastorais que estão inseridos nos respectivos contextos locais, como é o caso da atuação da Diocese de Ipameri, esse trabalho é denominado pela entidade como atuação de base, como o próprio nome sugere, é este trabalho o pilar, o que sustenta e dá sentido da existência da Comissão Pastoral da Terra.

Palavras-chave: Questão Agrária. Comissão Pastoral da Terra (CPT). Assentamento Olga Benário. Ipameri (GO).

ABSTRACT

Studies on the agrarian question have been effervescing since the 1980s, and the theme is continually arousing interest, especially among the human and social sciences. Generally, an agrarian issue is understood as a problem of land accumulation and thus promotes the development of capital at the cost of unjust land distribution. The Brazilian agrarian question has roots in the colonial period, however, it is with the advent of capitalism that this becomes a more latent issue, arousing the interest of other social actors than those directly involved in principle, and still impels the organization of the latter in social movements. The Pastoral Land Commission (CPT) is one of the organisms that is born due to the social injustice that the agrarian issue is concerned and since 1974 it has been denouncing conflicts in the field, advising peasants and promoting popular education. In order to understand how the actions of the Land Pastoral Commission are being carried out, it is proposed through the narratives of pastoral agents of the CPT - Centro-Sul Regional and of the Diocese of Ipameri (GO), to study and analyze them. For this purpose, the Olga Benário de Ipameri (GO) Agrarian Reform Settlement was defined as a geographical area of research. In order to reach the objectives, the methodological path was chosen, which included the theoretical contribution on the subject, interviews conducted from semi-structured questionnaires, participant observation and analysis of the data obtained. It was verified that, although the Land Pastoral Commission is a body linked to the Catholic Church, its work in the Diocese of Ipameri has relevant autonomy and articulation even with religious leaders of other faiths. As for the CPT's work with the settlers of Olga Benário, it was verified that the first contact was still in the camp and extends to the present day through various actions, with emphasis on the training offered and the encouragement of female protagonism, which is notorious for knowing the functioning of the two largest associations of the settlement. It is verified that the relationship of the families settled with the CPT is friendly and solidary of both parties. Currently the challenge for the settlers of PA Olga Benário is the permanence in their plots, the survival in the land and, in this sense, the Land Pastoral Commission has contributed decisively, if using its political articulation with other actors to provide improvements for the Settlement. The intervention of the CPT with the peasant communities occurs through pastoral agents that are inserted in the respective local contexts, as is the case of the work of the Ipameri diocesan CPT, this work is denominated by the entity as basic action, as the name itself suggests, is this work the pillar, which sustains and gives meaning to the existence of the Land Pastoral Commission.

Key words: Agrarian Question. Land Pastoral Commission. Olga Benário Settlement. Ipameri (GO).

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Fotos

Foto 1	Assentamento Olga Benário - Placa de criação do assentamento Olga Benário.....	74
Foto 2	Assentamento Olga Benário -Ponte construída sobre o Córrego das Nascentes em 2005.....	75
Foto 3	Assentamento Olga Benário - Entrada 1 do Assentamento Olga Benário- KM-104 Rodovia GO213.....	76
Foto 4	Assentamento Olga Benário - Casa principal vista dos fundos/ piscina.....	77
Foto 5	Assentamento Olga Benário - Casa principal/ monjolo.....	77
Foto 6	Assentamento Olga Benário - Casa principal/ Área de serviço.....	71
Foto 7	Assentamento Olga Benário - Padaria da ASPROAB.....	79
Foto 8	Assentamento Olga Benário - Centro de convivência da ASPROAB.....	79
Foto 9	Assentamento Olga Benário - Sede da COOPMAFI.....	80
Foto 10	Assentamento Olga Benário - Escola rural desativada.....	81
Foto 11	Assentamento Olga Benário - Residência as margens da rodovia.....	83
Foto 12	Assentamento Olga Benário - Residência de alvenaria.....	84
Foto 13	Assentamento Olga Benário - Produção de pães para o PNAE.....	89
Foto 14	Assentamento Olga Benário - Quintal agroecológico.....	90

Mapas

Mapa 1	Localização do município de Ipameri.....	67
Mapa 2	Localização do Assentamento Olga Benário de Ipameri (GO)....	72

Organograma

Organograma 1	Estrutura organizacional- Comissão Pastoral da Terra 2017.....	42
---------------	--	----

Tabelas

Tabela 1	Crescimento da população brasileira e goiana (1890 - 2010).....	52
Tabela 2	Contexto agrário em Goiás na primeira década dos anos 2000...	60
Tabela 3	Contexto agrário em Goiás na segunda década dos anos 2000..	60

LISTA DE SIGLAS

ARENA	Aliança Renovadora Nacional
ASCRAF	Associação Camponesa Regional de Agricultura Familiar
ASPROAB	Associação de Produtores do Assentamento Olga Benário
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAIXEGO	Caixa Econômica do Estado de Goiás
CANG	Colônia Agrícola Nacional de Goiás
CAU	Combinado Agroubano
CERNE	Consórcio de Empresas de Rádio Difusão e Notícias do Estado
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
COOPMAFI	Cooperativa Mista dos agricultores e agricultoras familiares de Ipameri-GO
CPT	Comissão Pastoral da Terra
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EMBRATER	Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural
FAEG	Federação de Agricultura e Pecuária de Goiás
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDAGO	Instituto de Desenvolvimento Agrário de Goiás
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MCV	Movimento do Custo de Vida
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
PA	Projeto de Assentamento
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PIB	Produto Interno Bruto
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
PRODECER	Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados
PRODOESTE	Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste

PROTERRA	Programa de Redistribuição de Terras e Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste
SUDAM	Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
SUDECO	Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste
UDN	União Democrática Nacional
UDR	União Democrática Ruralista
UNE	União Nacional dos Estudantes

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	16
2	A COMISSÃO PASTORAL DA TERRA NO BRASIL E SUA ATUAÇÃO NA QUESTÃO AGRÁRIA EM GOIÁS	24
2.1	A questão agrária brasileira.....	25
2.2	território no cerne da questão agrária e dos conflitos	28
2.3	O contexto histórico e a criação da CPT Nacional.....	33
2.4	A CPT Regional Centro Sul de Goiás.....	40
2.5	Estrutura e metodologia de trabalho atual da CPT Nacional e CPT Centro-Sul.....	41
3	O POVOAMENTO E A FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL DE GOIÁS	45
3.1	A ocupação do território goiano.....	46
3.2	Marcha para o Oeste e a criação da Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG).....	50
3.3	O governo Mauro Borges e a criação de estratégias para o preenchimento de <i>vazios demográficos</i>	52
3.4	O período da Ditadura Militar em Goiás: 1964 a 1985.....	54
3.5	O período pós-redemocratização aos anos 2000.....	58
3.6	O espaço agrário no Sudeste Goiano e a luta do arrendo.....	62
4	DA LUTA PELA TERRA NA REGIÃO DE IPAMERI E A CRIAÇÃO DO ASSENTAMENTO OLGA BENÁRIO	66
4.1	De Arraial à município: a formação socioespacial de Ipameri.....	66
4.2	Da Fazenda Ouro Verde ao Assentamento Olga Benário.....	71
4.3	Quem são e como vivem os agricultores no Assentamento Olga Benário?.....	82
4.4	As relações entre a CPT e as famílias do Assentamento Olga Benário de Ipameri (GO).....	85
4.5	O cotidiano no Assentamento Olga Benário.....	91

5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	93
	REFERÊNCIAS.....	95
	APÊNDICES.....	101
	ANEXOS.....	107

1 INTRODUÇÃO

A questão agrária está entre os principais temas de interesse entre pesquisadores dos estudos rurais no Brasil. É uma discussão que permeia o meio acadêmico desde as primeiras décadas do século XX, porém continua atual. Na geografia, especialmente, o paradigma da questão agrária suscita as mais variadas investigações, talvez por se tratar essa, da ciência do espaço, que abriga os territórios, materiais e imateriais e a conflitualidade que neles se reproduz.

Compreendida enquanto conjunto de problemas inerentes ao desenvolvimento do capitalismo no campo, a questão agrária pode ser entendida também como o problema que consiste na concentração fundiária, e que por esta via promove a injustiça no acesso à terra.

No Brasil, o problema possui as raízes ainda no período colonial, quando se instalou no país o Regime de Sesmarias, e iniciou-se então o ciclo da injusta distribuição de terras, que promoveu a concentração delas sob o poder de poucos. Passaram alguns séculos, diferentes sistemas de governo estiveram vigentes, mas no Brasil rural, guardadas as devidas proporções, a situação segue similar.

O contexto político e econômico atual evidencia tal situação, a contradição estrutural do capitalismo que, simultaneamente promove a concentração do capital e por outro lado produz a disseminação em larga escala da pobreza. Vista do cenário do Brasil rural, podemos entender como o paradoxo entre os grandes latifúndios e o campesinato, a luta pela terra.

Ao fazer uma breve análise dos últimos governos do Brasil (1960–2015), é notório que não está e não esteve em primeiro plano nas agendas a preocupação com a concentração de terras e os conflitos oriundos da inadequada distribuição delas. Especialmente durante a ditadura militar, os problemas agrários foram deixados de lado, em contramão de uma ansiada reforma agrária, as políticas deste governo privilegiaram as grandes propriedades. Neste período, houve forte repressão e perseguição aos movimentos sociais, o que culminou na dissolução das Ligas Camponesas.

A situação agrária brasileira e, sobretudo, a da Amazônia, após a implantação do programa “Amazônia Legal”¹, que como consequência, colocou indígenas, posseiros e camponeses em situação de marginalização, despertou a atenção de outros atores sociais, dentre os quais, parte do clero católico, que durante o período de 1970 a 1975 articulou-se no sentido de manifestar a preocupação e apoio aos prelados da Amazônia. É importante destacar que essa postura não correspondia a uma unanimidade da Igreja Católica, pelo contrário. Conforme Goés (1997) a opção preferencial pelos pobres era característica da fé católica que correspondia a uma minoria, a animada pela teologia da libertação, justificada por Boff (2010), da seguinte forma “[...] A teologia da libertação encontrou seu nascedouro na fé confrontada com a injustiça feita aos pobres[...]”

Mesmo enfrentando repressão, inclusive de parte da ala tradicional da Igreja Católica, em junho de 1975, como uma consequência do crescente envolvimento da Igreja com a luta pela terra, bem como o aumento dos conflitos, houve a criação da Comissão Pastoral da Terra (CPT), com objetivo de ser suporte para a organização das vítimas da estrutura agrária do país; o que se confirma através da autodefinição de sua missão, reelaborada por agentes pastorais em 1998 e aprovada durante o I Encontro Nacional da CPT, realizado em Bom Jesus da Lapa em 2001, traz o seguinte texto: “[...] A CPT quer ser uma presença solidária, profética, ecumênica, fraterna e afetiva, que presta um serviço educativo e transformador junto aos povos da terra e das águas, para estimular e reforçar seu protagonismo[...]”

Apesar da motivação inicial para a criação da CPT ser os conflitos agrários na região amazônica do Brasil, outros conflitos emergiam ao mesmo tempo nas regiões Nordeste e Centro-Oeste, e da mesma forma, receberam atenção desta comissão, cujo as ações, em pouco tempo se estenderam por todo o território nacional. Assim a Igreja Católica tornou-se atuante na luta pela terra no Brasil, através da Comissão Pastoral da Terra.

Em 1984, quase dez anos após a criação da CPT, quando o país passava pelo processo de redemocratização, com o governo militar pressionado pela Campanha

1

A Amazônia Legal foi instituída pelo projeto de Lei 1.806/1953 que teve como objetivo dinamizar o planejamento e desenvolvimento da região, que era composta por todos os estados da Região Norte do país e ainda os estados do Mato Grosso, Goiás e Maranhão. Fonte: SUPERINTENDÊNCIA DO PLANO DE VALORIZAÇÃO ECONÔMICA DA AMAZÔNIA (SPVEA). Plano de Emergência. Belém: Gráfica Falangola Editora, 1954.

das “Diretas Já”, foi fundado em Cascavel (PR) durante o 1º Encontro Nacional de Trabalhadores Rurais, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), com três objetivos principais: lutar pela terra, lutar pela reforma agrária e lutar por mudanças sociais no país.

Hoje, com pouco mais de trinta anos de existência, o MST está presente em vinte e quatro estados brasileiros, possui mais de 350 mil famílias membros, está bem articulado politicamente e, apesar dos vários movimentos dissidentes é ainda o maior movimento social do Brasil (CAMACHO, 2017).

As ações dos movimentos sociais camponeses são fundamentais na luta pela terra, e é através deles principalmente que se tem avançado nas conquistas no campo, porém, muito distante ainda do idealizado. A luta pelo direito à terra é marcada por conflitos, mortes, massacres, torturas, mas estes não foram e não são motivos para o recuo, pelo contrário, os movimentos sociais camponeses permanecem engajados.

No decorrer das lutas, as trajetórias da CPT e do MST se entrelaçam em vários momentos, a maioria das vezes em relações de parceria, de assistência, mas há também situações de desacordo entre ambos. Segundo Góes (1997), ora a CPT é benquista e outrora é entendida enquanto intervenção alheia e não legítima na luta pela terra.

A CPT não é (não se reconhece enquanto tal) um movimento social ou socioterritorial, é uma entidade que tem por objetivo principal apoiar a organização dos trabalhadores na luta pela terra e na terra. Mitidiero Júnior (2008) destaca quais foram os objetivos da CPT desde a sua criação:

Com o seu cerne centrado na noção de pastoral e os seus objetivos voltados ao apoio (“braço solidário”) aos camponeses oprimidos, essa pastoral não podia atuar como um movimento social, ou como um movimento religioso, ou ainda como um sindicato ou organização não governamental, por isso a palavra comissão pretendeu significar um grupo com o encargo teológico de estar junto ao povo pobre do campo. (MITIDIERO JÚNIOR, 2008, p. 156).

Entendemos que ambos, MST e CPT, são de fundamental importância na luta pela Terra no Brasil. Com funções diferentes, mas com uma causa principal em comum, a promoção da justa e igualitária reforma agrária no país. Tanto um quanto o outro protagonizam ações de grande relevância em prol da reforma agrária, bem como de assistência aos camponeses envolvidos na luta. Como anteriormente citado, em muitos momentos a CPT e o MST atuam de forma conjunta, inclusive a gênese do

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) é atribuída por Stédile e Fernandes (1999) e Caldart (2004), entre outros fatores, a influência da CPT, que promoveu a articulação dos movimentos sociais em nível nacional e dado o seu caráter ecumênico, possibilitava que os diferentes credos pudessem dialogar e se tornar uma unidade de luta.

Com o objetivo de compreender de que forma se dá o relacionamento atualmente entre a CPT e membros do MST em Goiás, surgiu a proposta desta pesquisa, que buscou sobretudo saber como a Comissão Pastoral da Terra se envolve na luta pela/na terra, desde a mobilização dos membros do MST, a organização dos grupos nos acampamentos e depois de conquistados os assentamentos. De que forma a CPT se fez presente em cada um desses momentos.

Elegemos área de pesquisa o Assentamento Olga Benário, em Ipameri (GO). O mesmo foi constituído através da aquisição do imóvel rural Fazenda Ouro Verde/Santa Rosa pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), em 2004, criado oficialmente em 2005, e parcelado inicialmente em 84 lotes, mesmo número de famílias atendidas, todas oriundas do MST.

Nossa investigação inicia no momento de mobilização dos grupos do MST, por isso, procuramos também reconhecer de onde, como e porque partiram as famílias assentadas no Assentamento Olga Benário de Ipameri (GO).

Alguns pesquisadores recentemente, sob outras abordagens, estudaram o mesmo Assentamento, como Monteiro (2013), em sua dissertação de mestrado intitulada *“Relações de poder, territórios e territorialidades: as travessias da vida no assentamento Olga Benário em Ipameri (GO)”* (2013) e ainda mais recente em sua tese de doutorado *“As relações de poder e as territorialidades nos assentamentos do sudeste goiano”* (2017); Firmino (2013), também em sua dissertação de mestrado intitulada *“Itinerários camponeses: de lá para cá e daqui pra li até o Assentamento Olga Benário em Ipameri (GO)”*. A leitura destas pesquisas sinalizou particularidades que também suscitaram nosso interesse em pesquisar este assentamento em específico: como a fragmentação do grupo em outros três (ASCRAF, ASPROAB e Coletivo Margarida Alves), que ocorreu a partir de conflitos internos gerados após a divisão dos lotes, visto que alguns beneficiários haviam efetuado benfeitorias; ou ainda pela dificuldade de acesso à água para a maioria dos lotes.

O recorte temporal da pesquisa compreendeu o período entre 2004, ano que precedeu a criação do Assentamento Olga Benário de Ipameri (GO), e 2017. Acredita-

se que a análise destes 13 anos, aliada à teoria, nos permitiu descrever e compreender a atuação da CPT junto ao Assentamento Olga Benário, bem como tornou possível conhecer um modelo prático aplicado dos valores, ideais e missão da entidade.

Para o alcance dos objetivos foram realizadas a pesquisa teórica, pesquisa documental e de campo, cujos resultados estão dispostos ao longo dos três capítulos da dissertação. Cada um dos tipos de pesquisa cumpre objetivos distintos, mas que se complementam. A pesquisa teórica, conforme Silva e Mendes (2013), tem por finalidade conhecer as contribuições científicas efetuadas sobre determinada temática, sem que esta seja mera repetição das ideias que já foram ditas, mas, sim a possibilidade de exploração de um tema sob uma abordagem inédita. Ao iniciar a investigação de um novo tema, geralmente se faz a opção de partir da pesquisa teórica, a fim de paramentar os próximos passos. Esse foi nosso ponto de partida.

Na primeira seção, são abordados aspectos relativos à formação e atuação da Comissão Pastoral da Terra. Partimos do histórico de sua criação, tratamos dos eixos de atuação, elencamos os dados gerais, destacamos cronologicamente alguns fatos de grande relevância e findamos com um tópico que trata especificamente da CPT-regional Centro-Sul de Goiás. Toda essa seção fora paramentada com entrevistas concedidas por agentes pastorais da CPT nacional, da Regional Centro-Sul e da Diocese de Ipameri.

Para compor o aporte teórico sobre a motivação para a criação da CPT, também na primeira seção foi realizada revisão a bibliográfica acerca da conceituação de questão agrária, compreendendo que a esta é, em princípio, uma questão socioterritorial, cujo foco está na disputa capitalista pelo território e nos processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização. Julgamos essencial trazer também a discussão sobre o conceito de território, para tanto apoiamos-nos em Raffestin (1980), Ratzel (1990), Santos (1999), Oliveira (1999), Moraes (2000), Haesbaert (2001), Brandão (2007), Fernandes (2008) e Saquet (2018).

Para a contextualização da questão agrária em Goiás, optamos por abordar a formação socioespacial do estado e elencar as fases econômicas e/ou políticas que compreenderam desde o seu povoamento, até os dias atuais, com o último tópico especialmente, reservado para a discussão sobre questão agrária no sudeste goiano, por se tratar dessa a microrregião na qual está inserido o PA Olga Benário de Ipameri (GO).

Para nossa imersão no Assentamento Olga Benário de Ipameri (GO), consideramos que o primeiro passo foi reconhecer a realidade local na qual o assentamento está inserido, o município de Ipameri (GO), o que ocorre na terceira seção. Para tal tarefa, partimos do histórico do município, isso porque acreditamos que as transformações políticas e econômicas vividas no município ao longo do tempo possam ter influenciado na decisão da venda do imóvel rural que precedeu ao assentamento. Aspectos físicos do município e, por conseguinte, do assentamento também foram abordados neste tópico.

Definimos como estratégia para o alcance dos objetivos, a utilização da abordagem investigativa biográfico-narrativa, que Bolívar (2012) assim explica:

Em lugar de explicar casualmente as práticas sociais, como se os atores fossem marionetes dependentes da estrutura social e escolar, entende-se que o ator joga em suas ações um papel de primeira ordem. A tarefa investigadora consiste em solicitar contar histórias sobre os eventos/ações e, a partir de sua análise/compreensão conjunta, interpretar e construir novas histórias/relatos, que registram a possível mudança e melhoria (BOLÍVAR, 2012a, p.39. Tradução nossa).

A abordagem biográfico-narrativa legitima o discurso do pesquisador sobre o outro e ao mesmo tempo empodera o sujeito que narra sua experiência. A ênfase na narrativa é singular: “as narrativas como nós estratégicos na construção do sentido de comunidade, são os meios pelos quais se manifesta a memória institucional, a história e se constitui a identidade organizacional e profissional” (BOLÍVAR, 2014, p.330).

Com intuito de tomar conhecimento das narrativas orais dos agentes pastorais da Comissão Pastoral da Terra. Recorremos a realização de entrevistas, paramentados por roteiros semiestruturados; Matos e Pessôa (2009) chamam atenção para o fato de que este tipo de entrevista pode levar a uma fuga do assunto principal, cabendo ao pesquisador saber em que ponto a divagação teve início, mas ressaltam que, com este tipo de entrevista, outras informações relevantes para a pesquisa podem ser reveladas.

Thomson (2000) avalia este tipo de entrevista de forma positiva e destaca a importância do não engessamento na realização de entrevistas:

[...] a entrevista é uma relação que se insere em práticas culturais particulares e que é informada por relações e sistemas de comunicação específicos. Em outras palavras, não existe uma única “maneira certa” de entrevistar, e a maneira que o “bom senso” indica como “certa” para entrevistas com membros da elite política branca do sexo masculino pode ser completamente inadequada em outros contextos culturais. (THOMSON, 2000:48).

O contexto em que as entrevistas foram realizadas evidenciou traços da identidade político-pastoral da CPT, marcada entre outras características pela simplicidade. Tínhamos a meta de entrevistar agentes pastorais da Secretaria Nacional da Comissão Pastoral da Terra, da CPT Centro-Sul de Goiás e da CPT Diocesana de Ipameri. Ao entrar em contato para averiguar a viabilidade da realização das entrevistas, houve de todos, grande receptividade, interesse pela pesquisa, vontade de ajudar com indicações de bibliografias e de outros nomes para entrevistas e especialmente com Antônio Canuto (CPT), que rendeu alguns momentos de descontração, como quando por respeito chamei-o de senhor e ele imediatamente retrucou: -Tudo bem, você ligue para o Senhor antes de vir, mas ligue pra mim também, vai que Ele esquece de me dar o recado. Caímos na gargalhada...

Realizadas durante os primeiros meses do ano de 2018, entre janeiro e abril, as entrevistas resultaram em relatos muito ricos. No encontro com Antônio Canuto (CPT) foi utilizado gravador de voz e bloco de anotações para o registro da entrevista, que ocorreu regado a café, cacarejar de galinhas e muito bom humor, sentados na varanda de sua própria residência, localizada em Goiânia (GO).

Antônio Canuto (CPT) é ex-padre, participou do processo de criação e estruturação da CPT e ainda se mantém ligado à entidade. Autor de muitas publicações da CPT e sobre a CPT, é história viva da mesma. Entrevistá-lo foi fundamental para ir além do que a bibliografia conta.

Para a realização da entrevista com membro da CPT Regional Centro-Sul de Goiás, mais uma vez fomos agraciados pela possibilidade de ter acesso a alguém que participou da gênese da entidade, neste caso, Aguiel Fonseca (CPT), hoje vinculado a CPT Diocesana de Goiás. Nosso encontro ocorreu nas dependências da sede da CPT Regional Centro-Sul de Goiás em Goiânia (GO) e depois através de ligação telefônica, ambos gravados.

Sobre a CPT Diocesana de Ipameri e a relação da entidade com as famílias do assentamento Olga Benário, quem nos atendeu foi a Irmã Maria Inês de Oliveira, que atua na Diocese de Ipameri há mais de 25 anos e na coordenação da CPT Diocesana há 8 anos. Nosso primeiro encontro ocorreu no município de Catalão, durante o Encontro de Camponeses da Comunidade Macaúba, outros contatos ocorreram

posteriormente via contato telefônico e por correio eletrônico, um último encontro pessoalmente ocorreu nas dependências do Assentamento Olga Benário.

Para observação das características e realidade em campo, acompanhou-me durante três (3) visitas ao Assentamento Olga Benário em Ipameri (GO) o meu pai, Antônio Bruno, que além de solidário, foi motorista, fotógrafo, cinegrafista, e ainda, propositor de ideias para compor esta pesquisa. O deslocamento pelos caminhos do Assentamento foi um grande desafio, cruzamos pontes, fomos perseguidos por um cachorro, falamos muitos “oi” e “bom dia”, recebidos algumas vezes com um olhar desconfiado, vimos uma cavalgada com mais de 100 cavaleiros, quase ficamos sem gasolina, mas conseguimos, encontramos um a um os endereços que procurávamos e também lugares que nem havíamos imaginado, como é o caso da sede da Cooperativa Mista dos agricultores e agricultoras familiares de Ipameri-GO (COOPMAFI), a existência dessa cooperativa não havia sido mencionada em nenhuma das bibliografias consultadas.

Consideramos que desta forma, reunindo a empiria através das narrativas à teoria, que buscamos prover respostas aos seguintes questionamentos: a) Como se produzem as resistências camponesas no Assentamento Olga Benário? b) O que motivou a intervenção da CPT no assentamento Olga Benário? c) A atuação da CPT no Assentamento Olga Benário promoveu alguma modificação na dinâmica do Assentamento? d) Existem pontos de divergência entre a CPT e as famílias do Olga Benário? e) De que forma a CPT orienta acerca dos conflitos territoriais internos do Assentamento?

Com as respostas foi possível descrever e compreender a atuação da CPT junto as famílias do Assentamento Olga Benário de Ipameri (GO), bem como conhecer um modelo prático aplicado dos valores, ideais e missão da Comissão Pastoral da Terra regional Centro-Sul.

2 A COMISSÃO PASTORAL DA TERRA NO BRASIL E SUA ATUAÇÃO NA QUESTÃO AGRÁRIA EM GOIÁS

O propósito desta seção é o de elencar os elementos que compõem a trajetória da Comissão Pastoral da Terra regional Centro-Sul², no entanto faz-se necessário antes, conhecer o que precede a criação desta entidade. Para tanto, partimos da exposição acerca da questão agrária, visto que toda a problemática que motivou a criação da CPT se relaciona a ela.

O problema da concentração fundiária, os conflitos por ela causados, bem como a apropriação da natureza pelo homem e a subordinação imposta pelo capital compõem o *paradigma da questão agrária*. A fim de compreender a questão agrária em Goiás, buscou-se tecer algumas reflexões sobre o problema. Para isso, recorreremos a realização de uma revisão teórica, tendo como ponto de partida o conhecimento das diversas interpretações dadas ao termo “questão agrária”, neste sentido, apoiamo-nos nos seguintes autores: Fernandes (2013), Graziano da Silva (1990), Martins (1997) e Paulino (2003).

Ao compreender que a questão agrária é um problema no qual está intrínseca e indissociável a sua relação com o território, se faz fundamental entendê-lo em suas variadas dimensões, o que acontece no segundo tópico desta seção.

O terceiro passo foi retomar a contextualização histórica em que “nasce” a entidade, período em que o país vivia os efeitos do Golpe Militar ocorrido em 1964. Com medidas repressivas da livre associação política, a organização autônoma dos movimentos sociais se tornou praticamente inviável. A Igreja Católica não ficou isenta de perseguições políticas, principalmente após a crise do “milagre econômico”, quando essa entidade se posicionou firmemente em apoio aos pobres do campo e passou a se articular com outros atores sociais, denunciando as injustiças ocorridas no interior do Brasil.

2

A Comissão Pastoral da Terra Regional Centro-Sul de Goiás é assim denominada em virtude da época de sua fundação (1976), na ocasião o estado de Goiás ainda não havia sido dividido para dar origem ao estado do Tocantins e devido à grande extensão para melhor dinamizar os trabalhos criou-se duas regionais, a Centro-Sul e a Araguaia-Tocantins. Mesmo depois da divisão do estado de Goiás os nomes foram mantidos por motivo prático, evitar as burocracias que envolviam a alteração dos seus registros. (Informação verbal) Antônio Canuto, entrevista em 15/02/2018.

No momento seguinte, tratamos das articulações que originaram a criação da CPT Nacional. A missão, os valores e os ideais também são abordados neste tópico, bem como a estrutura que compreende a entidade.

Já a criação e as especificidades da CPT Regional Centro Sul, compõe o terceiro tópico desta seção. Na seguinte e última, relacionamos e analisamos alguns dados reunidos pela CPT Centro Sul e publicados através dos relatórios anuais de atividades e dos boletins informativos. São de nosso interesse o número de manifestações, conflitos, acampamentos, assentamentos, assassinatos e tentativas de assassinatos em Goiás.

2.1 A questão agrária brasileira

No Brasil, a questão agrária se apresenta como um produto da ascensão do capitalismo, cujas relações de propriedade se estendem, progressivamente, à agricultura, a partir da Lei de Terras de 1850 (Lei nº 601)³; lei esta que representou um mecanismo de legitimação da acumulação de terras pela elite brasileira e que garantiu a manutenção da estrutura agrária do país da mesma forma, uma vez que a obtenção da posse da terra só era possível através de herança ou compra em dinheiro, o que inviabilizava o acesso dos pobres a propriedade e os condicionava a subordinação. Martins (1997) discorre sobre o assunto:

[...] surge a questão agrária quando a propriedade da terra, ao invés de ser atenuada para viabilizar o livre fluxo e reprodução do capital, é enrijecida para viabilizar a sujeição do trabalhador livre ao capital proprietário de terra. Ela se torna instrumento da criação artificial de um exército de reserva, necessário para assegurar a exploração da força de trabalho e a acumulação. A questão agrária foi surgindo, foi ganhando visibilidade, à medida que escasseavam as alternativas de reinclusão dos expulsos da terra. (MARTINS, 1997, p. 12)

3

No momento em que a Lei de Terras foi criada, já existia movimentação no sentido de abolir a escravidão, por isso, esta Lei é considerada uma estratégia para garantir que quando os escravos se tornassem livres não poderiam tornar-se também proprietários de terras, bem como os migrantes, que mais tarde vieram a ser a mão de obra alternativa a escravidão. Fonte: MAIA, Cláudio Lopes. **Lei de Terras de 1850 e a ocupação da fronteira**: uma abordagem sobre a História da ocupação das terras em Goiás. In: Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH, São Paulo, 2011.

No mesmo sentido, Paulino (2003) também destaca a dupla conotação arraigada a Lei de Terras, que para além de regular a propriedade privada no Brasil, buscou nas entrelinhas a manutenção do regime escravocrata:

Ao preconizar a transformação da terra em mercadoria, sendo artificialmente elevados seus preços, busca-se não apenas ordenar a apropriação fundiária a partir de uma orientação concentracionista, mas sobretudo persegue-se a subjugação da força de trabalho em favor de uma classe numericamente inexpressiva, mas politicamente hegemônica. (PAULINO, 2003, p. 59).

Toda a problemática que envolveu a criação, promulgação e aplicabilidade da Lei de Terras resultou, conforme Carvalho (1981), no primeiro grande exemplo de Lei que não “pegou”, tendo em vista que a mesma foi elaborada por um grupo diretamente vinculado ao problema da terra, identificados como senhores. E ainda trazia em seu texto, meios para garantir a mão de obra barata, primeiro pela sustentação da escravidão e depois por sua substituição pela mão de obra imigrante. Martins (2010) descreveu e denominou esse processo como “o cativo da terra”.

É certo que a oligarquia teve assegurada as condições para a reprodução do capital, o que não significou, por outro lado, a ausência de resistência camponesa aos meios de extorsão. No interior deste processo conflituoso, na medida em que o tempo passou desenvolveram-se novas situações, com destaque para a formação de movimentos sociais de luta pela terra. Com a organização político-social da classe camponesa, inevitavelmente os conflitos no campo aumentaram.

Fernandes (2013) chama atenção para o fato de que o estudo da questão agrária não deve se ater apenas ao momento do conflito, mas a todas as dimensões atingidas pela questão agrária, uma vez que resolvido um conflito, outro pode ser criado, trata-se da conflitualidade:

[...] a questão agrária gera continuamente conflitualidade. Porque é movimento de destruição e recriação de relações sociais. [...] A conflitualidade é o processo de enfrentamento perene que explicita o paradoxo das contradições e as desigualdades do sistema capitalista, evidenciando a necessidade do debate permanente [...] a respeito do controle político e dos modelos de desenvolvimento. (FERNANDES, 2008, p. 5).

Para além dos conflitos por terras e a exploração do trabalho, a questão agrária envolve outros tantos problemas, como o ecológico e a monocultura por exemplo. A

concentração fundiária que garante a acumulação do capital por duas vias, primeiro pelas terras que se valorizam, e segundo através da produção de uma única cultura. Esta última prática, gerou uma questão agrícola. Graziano da Silva (1990) distingue a questão agrária, da questão agrícola:

Em poucas palavras, a questão agrícola diz respeito aos aspectos ligados às mudanças da produção em si mesma: o que se produz, onde se produz e quanto se produz. Já a questão agrária está ligada às transformações nas relações sociais e trabalhistas de produção: como se produz, de que forma se produz. (GRAZIANO DA SILVA, 1990, p. 7).

Graziano da Silva (1990) enfatiza que embora se tratem de questões distintas, estão associadas e isso não pode ser desconsiderado, principalmente pelo fato de que a questão agrícola tem suas raízes na crise agrária, bem como a questão agrária está presente nas crises agrícolas. O autor presume que uma possível solução para ambas as questões, está na reforma agrária:

A reforma agrária, entregando esses latifúndios para os camponeses, suprimiria as "relações pré-capitalistas" (isto é, resolveria a questão agrária) e faria aumentar a produção, uma vez que colocaria as terras ociosas dos latifúndios em cultivo. (GRAZIANO DA SILVA, 1990, p. 39).

Fernandes (2008) discorda de Graziano da Silva (1990), para ele a reforma agrária é apenas um dos instrumentos para minimizar a questão agrária, que é um problema demasiado complexo. Ainda que o camponês obtenha o acesso à terra por meio da reforma agrária, dificilmente este não terá a renda da terra camponesa subordinada ao capital financeiro.

É importante que ressaltemos que, mesmo em meio à relação de subalternidade ao capital, o camponês se empenha insistentemente em construir sua autonomia. Os desafios são múltiplos, o processo é desigual e contraditório na luta contra o capital, sobretudo contra o agronegócio.

Fernandes (2013), chama atenção para o fato de que a questão agrária está em constante transformação:

A questão agrária é o movimento do conjunto de problemas relativos ao desenvolvimento da agropecuária e das lutas de resistência dos trabalhadores, que são inerentes ao processo desigual e contraditório

das relações capitalistas de produção. Em diferentes momentos da história, essa questão apresenta-se com características diversas, relacionadas aos distintos estágios de desenvolvimento do capitalismo. Assim, a produção teórica constantemente sofre modificações por causa das novas referências, formadas a partir das transformações da realidade. (FERNANDES, 2013, p. 28).

Em outras palavras, as condições produzidas a partir das relações sociais, promovem constantemente a atualização da questão agrária. Fernandes (2013), afirma que embora se transforme, não há a superação do problema, e sim contemporaneização dele, visto que o capitalismo supera suas crises e se reproduz por meio da modernização conservadora. É o que Fernandes (2013) admite chamar de a “questão agrária atual”⁴.

Paulino (2010) menciona que a permanência da questão agrária no mundo “moderno” reforça a problemática do território no capitalismo [...] pois a terra, em disputa, se transforma em território e continua desempenhando papel *sui generis* no capitalismo. (PAULINO; ALMEIDA, 2010, p. 16). Sendo assim, é fundamental para a discussão da questão agrária o debate acerca do território o qual nos dedicamos no tópico que segue.

2.2 O território no cerne da questão agrária e dos conflitos

O território tem sido um dos temas mais discutidos e fecundos da Geografia, seja enquanto conceito, categoria ou objeto. Frequentemente explorado desde o princípio desta ciência e aos poucos aprofundadas nas teses, não é tido como esgotado, mas sim como um campo de infinitas possibilidades. Neste sentido, buscamos aqui elencar contribuições de alguns teóricos, de modo a auxiliar no entendimento do território em relação à questão agrária.

Faz-se necessário para a imersão no tema, iniciar por rememorar as importantes contribuições clássicas. Sob a perspectiva da geografia tradicional, Ratzel (1990) entendeu o território como a concretização formal do espaço, consolidado pela ocupação de uma determinada área por um grupo humano exclusivo. A concepção

4

A questão agrária atual contém novos temas que incluem o desenvolvimento territorial, água, biocombustíveis entre outros e mantém temas estruturais como a reforma agrária, a monocultura para a exportação, a economia camponesa e a economia capitalista etc. Fonte: FERNANDES, B. M. Campesinato e agronegócio na América Latina: a questão agrária atual. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

ratzeliana do território, embora genérica e naturalista, foi durante muito tempo aceita. No entanto, no início da década de 1970 em virtude do momento histórico de profundas transformações sociais, econômicas e políticas no mundo, fez-se necessário repensar, reconstruir o conceito de território.

Neste sentido, a obra de Raffestin (1980) representou um avanço, porém, ainda considerado por muitos, como redutivo o conceito: “o território é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. O espaço é a “prisão original”, o território é a prisão que os homens constroem para si” Assim, o território pode ser entendido através das concepções de Raffestin, como uma área, sob domínio de uma pessoa, grupo ou nação.

Brandão (2007) ressalta que embora tenha havido desde os anos 1970 a clara intenção de definir e pensar o território de forma crítica, a partir das relações políticas e sociais, poucos pesquisadores alcançaram o objetivo com maestria, tendo tantos outros, cometido uma série de equívocos, como, por exemplo, tratar do “território como mero receptáculo. O que é fruto de relações sociais aparece como relação entre objetos. Há uma coisificação e o território parece ter poder de decisão, transformado em sujeito coletivo”.

Moraes (2000) define território enquanto resultado das relações entre sociedade e natureza ao longo da história. O território se dá a partir de apropriações, logo, inexistente num meio completamente natural. Neste sentido, o autor descreve:

[...] da visão do espaço como dimensão da realidade, vendo o território como uma manifestação, como objeto empírico. Nesse sentido, o território é antes de tudo uma escala de análise da sociedade e da relação sociedade/espaço, isto é, um recorte analítico que objetiva uma visão angular específica da história. Em tal entendimento, o território emerge como uma totalidade para a geografia, um espaço dotado de historicidade própria, que corresponderia à espacialidade de uma dada “formação econômica e social” [...] (MORAES, 2000, p. 21, grifo do autor).

Para a legitimidade da discussão de território na pesquisa, é preciso atenção para que não haja uma reprodução e multiplicação de equívocos. Entender que o território ultrapassa a função de utensílio descritivo e traz consigo a dimensão do simbólico (poder e identidade) e do material é fundamental, nesta perspectiva Haesbaert (2001) coloca:

Desde a origem, o território nasce com uma dupla conotação, material e simbólica, pois etimologicamente aparece tão próximo de terra, territorium quanto de terreo-terror (terror, aterrorizar), ou seja, tem a ver com dominação (jurídico-política) da terra e com a inspiração do terror, do medo – especialmente para aqueles que, com esta dominação, ficam alijados da terra, ou no “territorium” são impedidos de entrar. Ao mesmo tempo, por extensão, podemos dizer que, para aqueles que têm o privilégio de usufruí-lo, o território inspira a identificação e a efetiva “apropriação”. (HAESBAERT, 2001, p. 1769, grifo do autor).

A dupla conotação do território tratada por Haesbaert, nos leva a reflexão do território enquanto cenário de conflitos, por um lado, os que são dominadores dele e, de outro, os que pleiteiam também essa posse.

Da ordem das questões do território e dos conflitos e conflitualidade inerentes a ele, Mitidiero Jr. (2008) relaciona-os: “por mais que os territórios sejam determinados pelos seus dominadores, é notório que essa determinação não se faz sem conflitos e esses conflitos guardam em si a possibilidade de transformação socioterritorial.”

De forma a complementar, destacamos as contribuições de Fernandes (2008) e Oliveira (1999). Fernandes (2008) enfatiza a multiescalaridade e a multidimensionalidade do território, já que as dimensões social, cultural, econômica e ambiental se relacionam dialeticamente no território.

O princípio da multidimensionalidade pode ser considerado como uma propriedade do significado do conceito de território. Este é um grande desafio, porque por mais que se defenda a multidimensionalidade na acepção do conceito de território, as teorias métodos e práticas a fragmentam. Mas esta fragmentação não ocorre somente na multidimensionalidade dos territórios, acontece também na sua multiescalaridade. Nas “abordagens territoriais” predominam análises da dimensão econômica e social numa acepção ao território como unidade geográfica determinada, quase sempre como espaço de governança. A definição de “território” por órgãos governamentais e agências multilaterais não consideram as conflitualidades dos diferentes tipos de territórios contidos no “território” de um determinado projeto de desenvolvimento territorial. (FERNANDES, 2008. p. 278).

Fernandes, bem como Mitidiero Jr. (2008) enfatizam a relação entre conflitos, conflitualidade e território. Como o faz também Oliveira (1999)

[...] o território é assim produto concreto da luta de classes travadas pela sociedade capitalista que está assentada em três classes sociais fundamentais: proletário, burguesia e proprietários de terra. Dessa forma, são as relações sociais de produção e o processo

contínuo/contraditório de desenvolvimento das forças produtivas que dão configuração histórica específica ao território. Logo o território não é um *prius* ou um *a priori*, mas a contínua luta da sociedade pela socialização igualmente contínua da natureza. O processo de construção do território é simultaneamente construção/ destruição/ manutenção/ transformação. Em síntese é a unidade dialética, portanto contraditória, da espacialidade que a sociedade tem e desenvolve [...] (OLIVEIRA, 1999, p. 74).

Das afirmações de Mitidiero Jr. (2008), Fernandes (2008) e Oliveira (1999) é possível inferir que o território é produto e alvo permanente de conflitos. É o território objeto de disputa entre os diferentes grupos, motivados politicamente, ideologicamente e simbolicamente.

Por mais que os territórios sejam determinados pelas diretrizes impostas das classes dominantes, sempre há resistência e dessa forma se instalam os conflitos, mas também, por outro lado, é pela resistência e pelo conflito que se instala a possibilidade de transformação socioterritorial.

A territorialização e a espacialização não acontecem de forma harmônica, são sempre conflitivas, há sempre duas ou mais forças interagindo tensionadas a fim de obter o domínio de uma determinada porção de espaço. Logo, a configuração territorial é reflexo do jogo de forças, das lutas de classes. Possivelmente a tensão mais frequente e definidora, é a do capital *versus* trabalho.

Santos (1999) acredita que o território global está dominado pelas imposições da financeirização do capital e de suas ferramentas: ciência e tecnologia. São as “forças” do capital que vêm determinando mundialmente a configuração socioterritorial e econômica.

Os interesses do capital remodelam os territórios. As regiões dominadas pelo capital, em geral, têm atreladas a si uma dura realidade de expropriação e expulsão de pessoas, seja no campo ou nos centros urbanos. Podemos observar a partir da ótica do rural, por exemplo, o agronegócio, este exerce variadas forças intencionais e causais que acabam por impor a saída do camponês de suas terras. Da mesma forma, acontece nas cidades, os interesses imobiliários utilizam de diversas artimanhas para criar espaços elitizados, para especulação imobiliária e em contrapartida forçam a migração das camadas menos favorecidas que passam a compor grupos espacialmente segregados.

Quanto à desterritorialização, conforme Haesbaert (2004) pode ser entendida como um mito, visto que uma desterritorialização seria também a negação da própria

existência do espaço. Conforme também já indicavam Deleuze e Guattari (1996), a desterritorialização desvinculada da territorialização não existe, isto porque o que ocorre na verdade são transformações, a territorialização é dinâmica, podem haver territorialidades sobrepostas, múltiplas territorialidades, mas não a desterritorialização, já que o território é concreto e novamente, pensar numa desterritorialização seria negar o espaço.

Com relação ao mito da desterritorialização, Haesbaert (2004) elencou alguns dos argumentos errôneos comumente utilizados:

desmaterialização ou domínio de relações simbólicas e/ou “virtuais”, pois a chamada compressão espaço-tempo via ciberespaço está sempre a serviço da construção de novas territorialidades, ainda que com um conteúdo imaterial muito maior;

“não-presença” ou desvinculação do aqui e do agora, pois a compressão ou o desencaixe espaço-tempo também produz novas formas de articulação próximo-distante e, assim, de valorização e de controle do espaço;

aceleração do movimento, ou predomínio da fluidez sobre a estabilidade, pois o território também é produzido no movimento ou, pelo menos, na repetição do movimento;

enfraquecimento dos controles espaciais através de limites-fronteiras e áreas, pois também pode haver um controle por redes e uma rearticulação de limites;

aumento da hibridização cultural e, portanto, da multiplicidade de identidades territoriais, porque também se pode reterritorializar na hibridização;

justaposição e imbricação de territórios, pois podemos ter a reterritorialização na ou através da multiterritorialidade. (HAESBAERT, 2004. p. 366).

De forma objetiva, podemos entender que o que se toma por desterritorialização, trata-se na verdade da reterritorialização. Existe a ideia de que classes mais favorecidas reterritorializam, enquanto os menos favorecidos são desterritorializados, já que quem detém o poder tem a possibilidade de escolher, impor sua vontade, mas na verdade, nem mesmo as expropriações podem ser consideradas desterritorialização, porque embora sejam forçadas, ainda assim, novas territorialidades são criadas, embora diferente do desejado e do justo.

Haesbaert (2004) frisa que não é com mito da desterritorialização que devem se ocupar as investigações científicas, mas sim se ocupar do estudo da multiplicidade de territórios que surgem a partir das reterritorializações.

A ampla compreensão das facetas do território é fundamental aos estudos sociais em geral, sobretudo da geografia. O território enquanto condição, meio e resultado para o exercício das relações de poder, tem atrelado a si uma vasta gama de possibilidades, dentre as quais Saquet (2018) destaca que:

O território é [...] em um primeiro nível, espaço de (in)formação, mobilização, luta e resistência dos agentes do capital, além de objeto de estudos e orientação conceitual na análise e interpretação científica. Desse modo, o território tem algumas características epistemológicas e ontológicas fundamentais: é apropriado, dominado e tem um conteúdo político e econômico envolvendo pontos, redes e malhas que se efetivam também nos níveis cultural e ambiental. (SAQUET, 2018).

O reconhecimento da heterogeneidade nos/dos territórios e o entendimento da complexidade que isso significa, conduz a necessidade de usos mais cuidadosos e análises mais aprofundadas sobre o conceito, para além do exercício frequente de meramente defini-lo.

Entendemos que o território o qual reivindica um camponês, não é o mesmo em significado que o espaço territorializado por um grande fazendeiro, ou ainda que o território onde se reproduzem conflitos, ganha nova identidade, novo significado a partir do fim destes. O território é dinâmico e se modifica conforme as relações sociais se reproduzem nele, o que também foi evidenciado durante o trabalho de campo integrante desta pesquisa.

Tendo em vista o objetivo da pesquisa, compreender os significados do território torna-se primordial para essa, uma vez que a Comissão Pastoral da Terra ocupa-se em apoiar vítimas, assessorar camponeses e denunciar conflitos socioterritoriais. As ações da entidade poderão ser melhor compreendidas a partir do tópico posterior.

2.3 O contexto histórico e a criação da CPT Nacional

A CPT nacional ou “Comissão de Terras”, como nomeada no primeiro momento, foi criada quando o país se encontrava imerso em uma crise econômico-social, a crise

do “milagre econômico brasileiro”⁵. Conforme Prado e Earp (2003), o PIB nacional que mantinha o crescimento médio anual de 12% entre 1970 e 1973, em dois anos reduziu-se a cerca de 5%. A inflação aumentava de forma muito acelerada. A dívida externa referente ao mesmo período saltou de 3,780 bilhões de dólares, para 21,171 bilhões. Toda a sociedade sentia os efeitos da crise, no entanto as classes menos abastadas foram as maiores prejudicadas.

No auge da crise, a violência institucionalizada e a forte repressão imposta pelo regime militar já não eram mais suficientes para conter a indignação da população. Nesse contexto, teve início a reestruturação da União Nacional dos Estudantes (UNE), e começaram a se organizar associações de bairros, movimentos femininos e o Movimento do Custo de Vida (MCV). A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e a Associação Brasileira Imprensa (ABI) se articulavam com intuito de ter assegurados os Direitos Humanos, que vinham sendo amplamente desrespeitados pelo governo militar. Também nesse momento eclodiram greves de trabalhadores que reivindicavam direitos trabalhistas e aumentos salariais. A Igreja Católica se fazia atuante na causa social por meio das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs)⁶, presente nas periferias.

Em virtude de suas ações, membros da Igreja Católica passaram a sofrer intensas perseguições, Pessoa (1999) cita que “até 1979, 122 religiosos e 273 leigos católicos já haviam sido atingidos” (PESSOA, 1999, p. 99).

Bem como ocorria nas áreas urbanas, a crise chegou ao campo, sobretudo na região Nordeste e região amazônica do país, com a expulsão de populações indígenas, camponesas e posseiros pelo capital agrário, apoiada pela polícia local promoveu na década de 1970, conforme o MST (1987), mais de duzentas mortes. Consideramos que os massacres foram resultantes da modernização financiada pelo

5

Período compreendido entre 1968 e 1973, popularmente conhecido como “milagre econômico” em virtude da queda da inflação e do crescimento do PIB. Fonte: PRADO, Luiz Carlos Delorme, EARP, Fábio Sá. O “milagre” brasileiro: crescimento acelerado, integração internacional e concentração de renda (1967-1973). In FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia (Org.). O Brasil republicano vol.4 – O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2003.

6

LOWY (1995) define as CEBs como pequenos grupos de leigos organizados nas paróquias, bairros, favelas, vilas e/ou comunidades rurais “que se reúnem para ler a bíblia e discuti-la à luz da sua própria existência”. Fonte: LOWY, Michael. Marxismo e Teologia da Libertação. São Paulo: Cortez, Autores Associados, 1995.

Estado e da política de incentivos fiscais para ocupação da Amazônia, a partir da criação da SUDAM. A Igreja Católica, que vinha experimentando os princípios da teologia da libertação, se envolveu diretamente na causa, através da qual mais tarde vem a surgir a Comissão Pastoral da Terra.

A fim de acalmar os ânimos exaltados pela crise, o governo militar que já reconhecia que não era mais possível se apoiar no discurso econômico, viu na “distensão” uma possibilidade de legitimar seu regime de governo, desta forma, nas eleições legislativas de 1974, permitiu a participação de um único partido político oposicionista (Movimento Democrático Brasileiro - MDB), o que na prática não favoreceu os militares, visto o resultado positivo obtido pela oposição, que de 87 cadeiras conquistadas no pleito anterior, aumentou para 161 cadeiras. Enquanto o que aconteceu com a base do governo (Aliança Renovadora Nacional - ARENA), foi justamente o contrário, houve um decréscimo de 30 cadeiras.

Em 1976, ano das eleições municipais, uma nova estratégia foi tomada com objetivo de fortalecer a base do governo, o então presidente General Ernesto Geisel baixou a Lei n 6.639, pouco antes do pleito. Essa lei, que ficou também conhecida como Lei Falcão⁷, consistiu na limitação das campanhas eleitorais no rádio e na televisão, eram permitidos apenas a veiculação do currículo, partido e número dos candidatos. Novamente a estratégia se mostrou ineficaz e o MDB angariou algumas prefeituras.

Os militares seguiram com tentativas de legitimar sua presença no poder. Consecutivas reformas eleitorais foram implementadas e assim, foi possível garantir que o MDB permanecesse como minoria.

Neste contexto, acuados pela violência e pela miséria crescentes, e ainda politicamente desorganizados, restou aos posseiros amazônicos buscarem apoio junto à Igreja Católica, mobilizando bispos e missionários para a sua causa. Com as Ligas Camponesas destruídas pela repressão e os sindicatos controlados por colaboradores do regime ditatorial, bispos e padres do Nordeste também saíram em defesa dos trabalhadores rurais violentados (SILVA, 2013).

As cartas pastorais individuais publicadas na primeira década de 1970, foram a primeira forma de expressão da Igreja Católica em favor dos injustiçados do campo.

7

O Decreto-Lei foi assinado por Armando Falcão, então Ministro da Justiça.

A carta pioneira, intitulada *Uma Igreja da Amazônia em conflito com o latifúndio e a marginalização social*⁸, escrita em 1971 por Dom Pedro Casaldáliga, tinha tom de denúncia e já chamava atenção para as questões que mais tarde vieram a resultar na criação da CPT:

O "momento publicitário" de projetos e realizações que a Amazônia está vivendo, e a opção de prioridade que a própria Igreja do Brasil fez por ela, através da CNBB, justificam também com nova razão esta minha declaração pública.

Se "a primeira missão do bispo é a de ser profeta" e "o profeta é a voz daqueles que não têm voz" (card. Marty), eu não poderia, honestamente, ficar de boca calada ao receber a plenitude do serviço sacerdotal. (CASALDÁLIGA, 1971).

Ao fazer uso das palavras de Adauta Luz Batista, Casaldáliga (1971) caracteriza na carta a dura vida do homem do campo:

[...] Adauta Luz Batista, filha da região e protagonista da história local, se refere a eles com este significativo depoimento: "Acostumados com a aspereza da vida agreste, desprezados pela esfera dos altos poderes, ludibriados na sua boa-fé de gente simples, eles vêem os seus dias, à semelhança das nuvens negras, sempre anunciando um mau tempo. Ele (o sertanejo) é a vítima da ganância alheia, da inconsciência dos patrões, da exploração dos trêfegos políticos que na região aparecem de eleição em eleição para pedir voto e mais que tudo isto, da sua própria ignorância. É o homem que comete muitas das vezes um crime, porque embargando-se-lhes o direito, só lhe resta a violência. Esse infeliz, sobejo das pragas e da verminose, vive na penumbra de um futuro incerto. Indiferentemente a tudo, eles vão ganhando o pão de cada dia, pois para eles só existem dois direitos: o de nascer e o de morrer." (CASALDÁLIGA, 1971, p. 63).

Casaldáliga (1971) ressalta a importância da Igreja se unir a outros atores sociais em defesa da reforma agrária e utiliza de preceitos religiosos para atribuir força a seu discurso:

[...] sentimos, por consciência, que também nós devemos cooperar para a desmitificação da propriedade privada. E que devemos urgir - com tantos outros homens sensibilizados - uma reforma agrária justa, radical, sociologicamente inspirada e realizada tecnicamente, sem demoras exasperantes, sem intoleráveis camuflagens. "Cristo quer que bens e a terra tenham uma função social, e nenhum homem tem direito a possuir mais que o necessário, quando existem outros que nem sequer tem o necessário para viver." Por isso o Papa Paulo VI, disse:

8

A carta completa pode ser acessada através do endereço eletrônico: <http://www.prelaziasaofelixdoaraguaia.org.br/dompedro/01CartaPastoralDomPedro.pdf>

"A propriedade não é um direito absoluto e inalienável" [...] (CASALDÁLIGA, 1971, p. 29, grifos do autor).

A carta de Dom Pedro Casaldáliga significou uma renovação da prática político-pastoral. Após esta, novas manifestações na forma de cartas foram publicadas pela Igreja Católica. Em 1972, uma Declaração da Comissão Episcopal da Regional Centro-Oeste da CNBB chamava atenção para os injustiçados do campo, sobretudo para a exploração da mão de obra que ocorria em condições análogas ao trabalho escravo.

No ano seguinte, em 1973, uma declaração conjunta escrita por bispos e missionários, teceu duras críticas ao latifúndio e ao sistema que permitia a continuidade da acumulação fundiária e, por consequência tratou da miséria gerada; este documento foi intitulado *Eu ouvi os clamores do meu povo*. Na referida declaração é possível reconhecer que a Igreja (parte dela) efetivamente assumia um lado, lado contrário dos seus aliados no passado. A Igreja, fazia uma opção pelos pobres, sob um discurso pautado na Teologia Latino-Americana ou Teologia da libertação, que se aproximava em certa medida ao marxismo.

Os elementos do materialismo histórico e dialético presentes no discurso da Igreja Católica traduziam a nova consciência que se desejava propagar. As críticas assentaram-se na dominação capitalista, na exploração dos modos de produção e na violência. No mesmo documento, era sugerido que a única forma de superação da barbárie imposta pelo capitalismo, seria a superação do próprio sistema, substituindo-o por outro ⁹, pautado na justiça social, o que foi evidenciado no seguinte trecho da carta: *É preciso fazer um mundo diferente. Não sabemos bem como ele deve ser. Mas já desconfiamos. Queremos um mundo onde os frutos do trabalho sejam de todos* (CNBB, 1973).

Um terceiro documento, também publicado no ano de 1973, foi *Y-juca-pirama, o índio: aquele que deve morrer*, desta vez escrito por membros do Conselho

9

Embora não seja mencionado qual o sistema seria a opção para a superação do capitalismo, inferimos que se trata do socialismo.

Indigenista Missionário (CIMI)¹⁰. Novamente trouxe denúncias, decorrentes dos efeitos do capitalismo agrário, a violência (física e simbólica) contra povos indígenas.

O posicionamento de parte da Igreja Católica na primeira década de 1970 evidenciava o esforço em se fazer atuante na questão sociopolítica no campo, no entanto, para além das cartas-manifesto, era necessária efetiva ação. No sentido de pensar uma forma de se integrar à luta pela e na terra junto às populações do campo, bispos já comprometidos com a questão convocaram algumas reuniões com padres, lideranças locais e prelados da Amazônia e Centro-Oeste. Resultou de uma destas reuniões, realizada em Goiânia (GO), em junho de 1975, a criação da *Comissão de Terras*, conforme a resolução da reunião o objetivo foi:

Criar uma “COMISSÃO DE TERRAS” que, na qualidade de organismo de caráter oficioso, ligado à Linha Missionária da CNBB, possa realizar com agilidade o objetivo de interligar, assessorar e dinamizar os que trabalham em favor dos homens sem terra e dos trabalhadores rurais, e estabelecer ligação com outros organismos afins.

Cabe a esta Comissão dar especial atenção ao Estatuto da Terra e à Legislação Trabalhista Rural, procurando divulgá-los em linguagem popular. Que ela promova também campanhas de ampla e inteligente conscientização em favor dos direitos dos 10 milhões de famílias sem terra. (CPT, 1975, p. 8).

Em princípio, a CPT chamou-se *Comissão de Terras*. Ao não adotarem o vocábulo *pastoral* para compor o nome, buscava-se evidenciar que o caráter desta era distinto das demais, que embora os preceitos catequéticos fizessem parte da estrutura da entidade, suas ações seriam dotadas de relativa autonomia em relação à Igreja. Neste sentido, Antônio Canuto (CPT) destaca a abertura para a participação direta de pessoas de outros credos¹¹ na CPT, inclusive na coordenação nacional, que teve por alguns anos um vice-presidente da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (informação verbal)¹².

¹⁰

O Conselho Indigenista Missionário foi criado em 1972 por iniciativa da Igreja Católica, visando apoiar a preservação da cultura indígena e em defesa das reservas indígenas.

¹¹

Antônio Canuto (CPT) destacou também a participação de membros das Igrejas Batista e membros espíritas. Acrescentou ainda que tal ecumenismo ainda exista, foi mais latente até a década de 1990. Entrevista em 15/02/2018.

¹²

Entrevista concedida por CANUTO, Antônio. Entrevista I [jan. 2018]. Entrevistadora: Kênia Larissa Santos Alves. Goiânia, 2018. 1 arquivo .mp3 (60 min).

Por questões de “sobrevivência”, pouco tempo depois o nome foi alterado de *Comissão de Terras para Comissão Pastoral da Terra*. Era necessário garantir o apoio da CNBB, cuja parte dos membros não via com bons olhos a pretensa autonomia, foi exigido que a direção fosse completamente de membros católicos. Além disso, fazia-se importante deixar claro que a Comissão Pastoral da Terra não tinha intenção de ser um partido político, sindicato ou movimento social e sim, uma entidade de apoio para a organização de trabalhadoras e trabalhadores na luta pela e na terra.

Desde o princípio, a efetiva atuação da Comissão Pastoral da Terra só foi possível através do trabalho dos agentes pastorais presentes em vários municípios, que atuaram informando a Coordenação Nacional sobre os conflitos, oferecendo formação por meio da educação popular para trabalhadoras e trabalhadores rurais e também em alguns casos assistência técnica. Betto (1985) define o conceito de agente pastoral:

Os animadores das CEB's são chamados de agentes pastorais: padres, religiosas ou leigos, formados pelas próprias comunidades. Os agentes pastorais leigos constituem uma nova vocação ou um novo carisma da vida da Igreja. Muitos deixaram família e profissão para viver exclusivamente do trabalho pastoral, quando a diocese tem condições de assumi-los. Moram em bairros populares, ganham pouco mais do que o salário mínimo, assumem o trabalho com o povo como o compromisso prioritário de sua vida. Não são eles que coordenam as comunidades, apenas assessoram, cuidando para que o próprio povo seja o sujeito de sua história. (BETTO, 1985, p. 7).

Antônio Canuto (CPT) esclarece que existem duas categorias de agentes pastorais, os voluntários e os dispensados, os primeiros como o próprio nome sugere trata-se do trabalho de iniciativa espontânea, são tantos agentes pastorais voluntários, em tantas dioceses que não é possível precisar o número exato. Já os agentes pastorais dispensados, são assalariados, tem os salários pagos pela CPT Nacional¹³ e em alguns casos pagos pelas CPTs regionais independentes.

Apesar de ter sido criada em função de conflitos que se instalaram na Amazônia e Centro-Oeste nas décadas de 1960 e 1970, em apenas quatro anos, conforme Medeiros (1989), as ações da CPT já se estendiam por mais da metade dos estados brasileiros:

13

Conforme Antônio Canuto (CPT), atualmente existem vinculados a folha de pagamento da CPT Nacional 320 agentes pastorais.

Originado na Amazônia, o trabalho da CPT convergiu com outras atrações pastorais de alguns padres e bispos em outras regiões do país, como foi o caso do Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Bahia, Maranhão e Goiás. Rapidamente se expandiu por todo o Brasil e em 1979 já eram 15 as suas regionais. (MEDEIROS, 1989, p. 113).

A rápida expansão das atividades da CPT pelo território nacional se explica pela existência de conflitos em todas as regiões do país, mas só se efetivou pela disponibilidade e envolvimento dos primeiros agentes pastorais. No tópico que segue podemos compreender na escala local goiana como ocorre essa expansão, através da criação da Comissão Pastoral da Terra Regional Centro-Sul.

2.4 A CPT Regional Centro Sul de Goiás

Na segunda década de 1970, assim como em outros estados da federação, Goiás viveu a reorganização dos camponeses e a rearticulação da luta pela terra. Em meados de 1975, ocorreu no estado a primeira forma de resistência organizada de posseiros, na fazenda Maria Alves, no município de Itapuranga (SILVA, 2013). O conflito perdurou até o ano seguinte, quando emergiram no estado outros conflitos.

A Comissão Pastoral da Terra Nacional orientou a criação de um secretariado regional, que deu origem a CPT Centro-Sul de Goiás, mas, conforme (SILVA, 2013), é importante ressaltar que antes disso, ainda em 1975, foi criada na diocese de Goiás uma “Equipe de Terra”, que perdurou cerca de uma década, transformando-se posteriormente na CPT Diocesana de Goiás, vinculada a CPT Centro-Sul de Goiás.

FONSECA (2018) relata que houveram várias reuniões de preparação entre agentes da CPT Nacional, membros da Equipe de Terra e outros atores interessados na criação da CPT Regional Centro-Sul, que se oficializou em novembro de 1976, durante encontro em Goiânia. Segundo Silva (2013), participaram do encontro vinte pessoas, entre elas, oito camponeses. Na ocasião, entre os bispos de Goiás, apenas dois apoiaram a criação da regional, Dom Fernando Gomes dos Santos e Dom Tomás Balduino.

A CPT Centro-Sul de Goiás nasceu com os mesmo objetivos, missão e valores que a CPT Nacional, no entanto focada na realização do trabalho de base (SILVA, 2013); para tanto se reunia sob demandas e por algum tempo não teve nem mesmo

sede fixa, o que só ocorreu no final do ano de 1980, já o primeiro regimento veio bem mais tarde, em 1989 (Aguinel Fonseca, CPT).

Assim como na Secretaria Nacional, na sede da CPT- Regional Centro-Sul de Goiás, há um rico acervo de documentos e publicações que nos permitem retomar em detalhes a história da realidade rural e camponesa no estado de Goiás, há ainda uma biblioteca que contempla títulos da própria entidade e outros em temáticas correlatas a atuação da CPT. Cinco funcionários dividem as tarefas na sede, que tem nove Dioceses, Anápolis, Formosa, Goiás, Ipameri, Jataí, Luziânia, Rubiataba, São Luís de Montes belos e Uruaçu.

A CPT regional Centro-Sul está sediada na cidade de Goiânia, em endereço bem próximo ao da Secretaria Nacional, poucos metros apenas as separam, entre outros motivos, a proximidade entre as duas é atribuída por Aguinel Fonseca (CPT) como um fator que influencia desde o princípio na identidade e metodologia de trabalho na CPT regional Centro-Sul de Goiás.

2.5 Estrutura e metodologia de trabalho atual da CPT

Atualmente (2018) a Comissão Pastoral da Terra conta com a estrutura que contempla uma coordenação nacional, com membros eleitos para mandatos de 3 anos; uma secretaria nacional, sediada em Goiânia (GO), onde encontra-se o Centro de documentação Dom Tomás Balduino, um verdadeiro acervo da história da questão agrária do Brasil e também onde são centralizadas as informações para a publicação de periódicos como o caderno *Conflitos no Campo Brasil*, Antônio Canuto (CPT) destaca a importância desta publicação:

O caderno é a única fonte atualizada e reconhecida internacionalmente. Esses tempos atrás, acho que no governo Fernando Henrique, pra contrapor o caderno, porque era a única fonte, criou a ouvidoria agrária nacional, só que os números da ouvidoria agrária com os números da CPT não batem, porque a ouvidoria agraria registra um assassinato somente se o inquérito policial diz que foi um conflito por terra, e normalmente os inquéritos dizem que foi briga por cachaça, mulhezada e desqualifica. (Entrevista realizada em 15/02/2018).

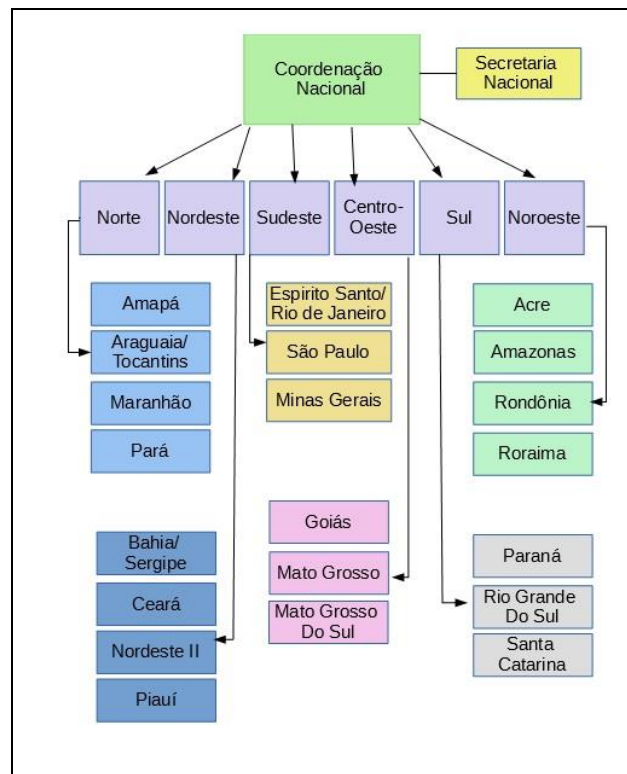
O caderno é uma publicação anual, que traz sistematizados dados do período anterior, dividido em seis temáticas terra, água, trabalho, manifestações, violência e

histórico. Conforme Antônio Canuto (CPT), o objetivo com a publicação dos cadernos Conflitos no Campo Brasil é tornar público e acessível dados sobre a realidade no campo brasileiro; e destaca que esse trabalho só é possível pela articulação que começa na base, com os agentes pastorais voluntários, até chegar à secretaria nacional.

A estrutura nacional da CPT é formada por seis grandes regiões (Norte, Nordeste, Sudeste, Centro-Oeste, Sul e Noroeste), compostas por vinte e uma coordenações regionais, que por sua vez contam com o apoio local de várias CPTs Diocesanas, que podem ser compostas por 1 agente pastoral, 2, ou mais, não existe uma regra e existem CPTs Diocesanas sob vários modelos. Conforme Antônio Canuto (CPT), existem CPTs independentes, que são sustentadas com recursos próprios e não dependem de apoio financeiro da CPT nacional, essas estão concentradas mais nas regiões sul e nordeste do Brasil.

Para ilustrar a atual estrutura da Comissão Pastoral da Terra, organizamos o Organograma 1, no entanto é importante ressaltar que não foi possível contemplar uma das pontas, as CPTs diocesanas, dado o grande número que estas representam:

Organograma 1: Estrutura Organizacional da Comissão Pastoral da Terra (2018)



Segundo Mitidiero Junior (2011), as muitas CPTs desenvolvem identidades próprias que refletem o contexto local no qual estão inseridas. O autor elencou particularidades regionais, o que caracteriza as regiões norte e noroeste, por exemplo, é o papel de denúncia, de combate ao trabalho escravo. No entanto, devido à extensão do território e a disponibilidade de poucos agentes na região, a atuação da CPT é bastante limitada, há envolvimento bem próximo aos extrativistas e pelo viés educacional o foco tem sido o desenvolvimento sustentável. Nas regiões sudeste e centro-oeste três características são preponderantes, a não institucionalização nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, a grande aproximação com os movimentos sociais e sindicatos nos estados do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul e, por último, a atuação de Goiás sob forte influência do secretariado nacional, por conta da proximidade. Na região nordeste a grande aproximação dos camponeses e trabalhadores rurais, o que passa a ideia de movimento social, nesta região o aspecto de luta pela terra é o mais acentuado. Por fim, a região sul, que é a que mais mantém a “originalidade da mística” da CPT, a expressão da fé é latente. Mitidiero Junior (2011) e Antônio Canuto (CPT) concordam que o que assegura a unidade da CPT são as dimensões religiosa e pastoral, expressas em sua missão.

Assim, a CPT nasce com intuito de apoiar camponeses na luta pela terra, de ser presença solidária e assessora. Com o passar dos anos novas demandas surgiram e hoje o leque de eixos de atuação é bem maior, conforme Antônio Canuto (CPT) é o auxílio na luta pela terra e na luta pela permanência na terra, denúncia dos conflitos por terra e água, emancipação através da educação popular, garantia de direitos, neste último ele destaca que atualmente os olhos da CPT se voltaram com mais atenção para as comunidades tradicionais.

Antônio Canuto (2018), ao rememorar a trajetória da CPT, menciona que o trabalho feito pela entidade outrora contou com mais colaboração na base e, segundo ele, haviam mais pessoas interessadas em contribuir no âmbito das comunidades, sobretudo até o início dos anos 2000, e atribui o decréscimo de agentes pastorais ao esfriamento dos movimentos sociais:

A CPT foi a “mãe” do MST, que nasceu com muito vigor e vontade de conquista. Muitos agentes pastorais eram membros do MST, outros eram pessoas que estavam acompanhando as lutas que vinham ganhando visibilidade. Quem luta quer resposta, quer resultado e a baixa nas conquistas alcançadas pelos movimentos sociais esfriou os

ânimos do pessoal deles e da nossa base também. (Entrevista realizada em 15/02/2018).

Embora este não seja o momento com maior mobilização de pessoal, para Antônio Canuto (CPT), certamente é o momento em que se alcançou um nível de organização dentro da instituição que se ansiava a muito tempo, enfatiza que ainda há o que se melhorar e cita um acontecimento recente (2017), que ainda está impactando as atividades na Secretaria Nacional, *hackers* invadiram os computadores e provocaram a desorganização e perda de muitos dados da entidade, sobretudo de gestão financeira.

Antônio Canuto (CPT) aponta a necessidade de mobilizar mais pessoas para a base e a importância desse trabalho:

O trabalho da Secretaria Nacional é só a pontinha da pirâmide, nossa função maior é sistematizar informações, fazer articulações políticas, pensar estratégias de educação, mas o trabalho que impacta mais diretamente as comunidades não é nosso, é feito na base, é feito por quem participa desse cotidiano, homens e mulheres que são a cara da CPT, que doam parte de sua vida. (Entrevista realizada em 15/02/2018).

Ao conhecer a atuação da CPT na Diocese de Ipameri por meio das ações empreendidas junto ao assentamento Olga Benário, pudemos perceber o que distancia o trabalho na Secretaria Nacional do trabalho da base e também o que os aproxima. As particularidades da atuação da CPT diocesana de Ipameri são evidenciadas nos próximos tópicos e nos permitem ter uma aproximação maior do trabalho na base.

3 O POVOAMENTO E A FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL DE GOIÁS

A concentração de terras no Brasil é um problema que transcorre há séculos. Em Goiás, pode-se considerar que esta concentração tem raízes no período colonial (1726 - 1770), Estevam (1997) destaca que esta concentração ocorre principalmente a partir do declínio da atividade mineradora na Capitania. Os núcleos habitacionais formados em torno dos garimpos entre outras funções, que abarcavam também a função de produtores e fornecedores de alimentos, pequenos agricultores e criadores de gado abasteciam os povoados.

Como é comum ao universo garimpeiro, com a baixa dos estoques das minas, o pessoal ocupado na atividade, conforme Palacín (1979), em boa parte migrou em busca de outros garimpos, no entanto para os criadores de animais e agricultores, essa era uma possibilidade muito remota, uma vez que seus ofícios tinham relação direta com as terras que ocupavam. Começara ocorrer então uma transição econômica em Goiás, que passava de uma economia baseada na mineração, para uma economia de base agropecuária.

Concomitantemente à transição que ocorria na Capitania, acontecia também uma transição política no país, que passava para a condição de Império Independente e, por sua vez, teve fim à prática da concessão de Sesmarias no ano de 1822. Porém, conforme Delgado (2004), só em 1850 é criado um mecanismo para regular a propriedade privada no Brasil, a Lei de Terras, lei que beneficiou apenas grandes fazendeiros e políticos latifundiários, em detrimento dos demais grupos menos abastados. Era o início de um modelo que se repetiu ao longo das décadas, dos diferentes regimes de governo, sob outras faces, mas com muitas similaridades, e que se reproduz ainda nos dias atuais.

Para compreensão da questão agrária no âmbito do território goiano, vimos por útil retomar ao povoamento do território, e elencar a partir deste períodos e fatos preponderantes pelos quais Goiás passou, desde o declínio da atividade mineradora, até o desenvolvimento do agronegócio na atualidade. Para tanto recorreremos aos teóricos: Aguiar (2003), Estevam (1997), Mendes e Ferreira (2009), Lisita (1996) e Vieira (2010).

3.1 A ocupação do território goiano

Para compreender as peculiaridades da questão agrária em território goiano, buscamos delinear os momentos que a envolvem, compreendidos desde a colonização de Goiás, até a atualidade, da reprodução acelerada do agronegócio.

A ocupação de Goiás teve início a partir do declínio da atividade mineradora em Minas Gerais e da decadência da economia do nordeste brasileiro, motivados pela possibilidade da conquista de novos garimpos, teve início o desbravamento do território goiano. Conforme Mendes e Ferreira (2009) Goiás foi desbravado a partir de duas frentes de colonização, a primeira pelo sul, através dos bandeirantes e a segunda pelo norte, formada pelos migrantes da Bahia, Pará e Maranhão, que subiram pelo vale do Rio Tocantins.

Mendes e Ferreira (2009) destacam que além da mineração aurífera, os exploradores iniciais de Goiás lançaram mão também de outras competências, tais como: atividades agrícolas, pecuária, arregimentação de mão de obra indígena. O desenvolvimento destas atividades ocorreu com o objetivo de dar suporte aos envolvidos na atividade principal naquele momento, a mineração.

Havia consciência por parte dos mineiros, que o ouro era um recurso mineral finito, diferente da terra, que era um bem permanente. Constata-se isso a partir da análise do número de requerimentos e concessões de sesmarias no período, que foi bastante relevante.

Com os primeiros sinais de esgotamento das lavras de ouro, em meados do século XVIII, teve início um acelerado processo de apropriação primária do espaço rural em Goiás. Conforme Bertran (1988), a maior parte das sesmarias concedidas no período descumpriam as exigências processuais da Coroa Portuguesa, além de haver também concessões provisórias expedidas por governos locais. As dificuldades impostas pela burocracia com a Coroa estimularam a ocupação ilegal de grandes áreas, que mais tarde, foram legalizadas através de brechas na legislação, de acordo com Alencar (1993).

A partir do início do declínio da atividade mineradora em Goiás, passou a ocorrer também a dinamização do mercado de abastecimento, o que já sinalizava uma transição na base da economia do estado. É importante ressaltar que esta passagem da economia de base mineradora para a economia de base agropecuária se

processou lentamente, conforme Funes (1986). O autor considerou o período entre 1750 e 1830 como um período de reajustamento socioeconômico.

A transição da economia mineradora para a agropecuária marca a inserção de Goiás no sistema capitalista ainda em desenvolvimento. Conforme Campos (1998), o apossamento foi a forma mais comum de ocupação utilizada por agricultores e pecuaristas daquele momento até década de 1950, mesmo com a Lei de Terras tendo sido promulgada mais de cem anos antes. Luz (1982) destaca o fracasso desta Lei no estado de Goiás:

Como para quase todo o Brasil, a Lei de Terras esbarrou em Goiás com uma realidade socioeconômica que a tornou inviável. Dedicados à pecuária extensiva e à lavoura de subsistência, os proprietários goianos não tinham interesse em legalizar suas terras da forma prevista pela Lei. Além de ser um processo caro, por causa das despesas com medição e demarcação e difícil, manter a situação irregular que possibilitava a incorporação de novas terras; sempre que isto se fizesse necessário. (LUZ, 1982, p. 49).

Com a modificação da base da economia goiana alteraram-se também as relações de trabalho, desenvolveu-se o setor artesanal e a produção agrícola passou a substituir algumas importações.

Entre as principais atividades desenvolvidas pelo setor agropecuário goiano no século XIX destacaram-se as culturas cafeeira, da cana-de-açúcar, do arroz, trigo e a bovinocultura. O mercado interno era pequeno e as exportações incipientes o que manteve a economia agropecuária de Goiás estagnada até a segunda década dos anos 1900, quando a mesma se revigorou, a partir das possibilidades geradas com a chegada da ferrovia Mogiana em 1913.

A implantação da ferrovia, foi de grande relevância para economia goiana, os trilhos da estrada-de-ferro significaram mais eficiência na comunicação entre as regiões sul e sudeste de Goiás, com a região sudeste do país, através do triângulo mineiro. Estevam (1997, p.84) descreve o relacionamento entre a região sul de Goiás e o Triângulo Mineiro e ressalta a melhoria das relações a partir da chegada da ferrovia.

[...] o Triângulo caracterizou-se como entreposto e a Zona Sul de Goiás mantivera relações comerciais via Triângulo Mineiro desde a época da mineração. Nos anos oitocentos tratava-se de um comércio fortuito, limitado a espaçadas partidas de gado e compra de sal e utensílios básicos. Na verdade, negociava-se excedentes goianos produzidos no seio das fazendas “autossuficientes”. Com a proximidade dos trilhos, possibilidades de relações mercantis

duradouras surgiram para a população sulina de Goiás [...] (ESTEVAM, 1997, p. 84).

Chaul (1997) destaca ainda mais a importância da ferrovia Mogiana, ao considerar que a implantação dela em Goiás colocou a agricultura do estado no cenário do comércio nacional, ao integrar-se diretamente a expansão industrial e urbanização do Sudeste brasileiro, dinamizando a economia goiana ao possibilitar a redução dos preços dos fretes e a melhoria dos transportes. A produção excedente, podia agora ser escoada por toda a região de influência dos trilhos. Castilho (2012), discorre sobre as exportações a partir da Mogiana:

Com a chegada dos trilhos, houve incremento na exportação de produtos agrícolas, como fumo, arroz, feijão, farinha de mandioca, mamona, caroço de algodão, etc. Para exemplificar esse crescimento, podemos usar como exemplo o arroz e o café, alguns dos principais produtos agrícolas desse e outros períodos da formação do território goiano. Em 1916 Goiás exportou 5.967.378 quilos de arroz para São Paulo por meio da Estrada de Ferro Goiás. Em 1922 foi registrado o número de 6.338.647 quilos para o mesmo produto. No caso do café houve um crescimento nas exportações pela ferrovia entre os anos 1921 e 1924 de 376,4%, com 417.473 quilos e 1.110.910 quilos em cada ano, respectivamente. O crescimento das exportações para a atividade pecuária também foi significativo. Em 1916 foram exportadas 7.021 cabeças de bois gordos. Nos dois anos seguintes foram exportados pela estrada de ferro 16.642 “vacuns” e 85.598 cabeças de bois, respectivamente. Conforme dados da revista A Informação Goyana, a década de 1920 foi um marco no crescimento das exportações de gado, uma vez que em 1923 foram exportadas 149.545 cabeças de bois e 10.509 cabeças de vacas, registrando um aumento de 53,4%. (CASTILHO, 2012, p. 11).

Como consequência da implantação da ferrovia Mogiana, ocorreu também um rápido crescimento demográfico de Goiás, conforme Bertran (1988), em princípio concentrado na porção sudeste do estado, por onde adentraria os trilhos. Segundo Castilho (2012), apenas o noticiamento da construção da ferrovia provocou em um ano o incremento de mais de 50 mil novos habitantes no sul goiano. Em 1920, quando 10 estações¹⁴ já estavam instaladas e em pleno funcionamento, a população do

14

Em 1920 estavam implantadas em Goiás as estações ferroviárias: Soldado Mendanha, Cumari, Veríssimo, Goiandira, Eng. Raul Gonçalves, Ipameri, Inajá, Urutaí, Roncador e Catalão. Fonte: CASTILHO, Denis. **Estado e rede de transportes em Goiás (1889- 1950)**. In: Anais do XII Colóquio Internacional de Geocrítica, 2012, p. 1-17.

estado era de 511.818 habitantes, aproximadamente 67% maior que no ano do anúncio da construção da ferrovia.

Em 1920, conforme Mendes e Ferreira (2009) teve início nova expansão dos trilhos, que até então estendiam-se por um curto trecho de 176 km. Neste segundo momento, a ferrovia seguiu sentido sul goiano, nesta fase foram construídas 9 estações¹⁵. Da mesma forma como ocorreu no sudeste goiano, foram surgindo aglomerados urbanos por toda a nova extensão da ferrovia. Em 1931 quando as 9 novas estações já estavam em funcionamento, diferente do que ocorreu na primeira fase da Mogiana, o número nas exportações não teve grandes alterações em relação ao período anterior.

Da década de 1930 em diante, os trens continuaram a ser fundamentais para a economia goiana, foram construídas mais 18 estações¹⁶, no entanto elas já não tinham o mesmo significado que antes, a estruturação do transporte rodoviário aliado a novas tendências de ocupação do território, que passaram a se orientar não mais pela proximidade com a ferrovia, mas sim com as condições naturais mais apropriadas para o cultivo das diversas culturas e da criação de gado.

Por fim, é importante destacar alguns dos prolongamentos da ferrovia Mogiana que ocorreram após 1930. O primeiro ocorreu em 1935, em direção a Anápolis, que com a chegada dos trilhos, conforme Castilho (2012), por mais de uma década ocupou a função de principal centro comercial da região, além de que os trilhos impulsionaram a industrialização local, que veio a se desenvolver a partir de então no município.

O segundo prolongamento ao qual queremos dar destaque foi concluído em 1952, que foi em direção a Goiânia, que já era a capital do estado de Goiás. E o último prolongamento, ocorrido em 1967, para a capital federal, Brasília.

15

As estações ferroviárias construídas na segunda fase de implantação da Mogiana foram: Ouvidor, Pires do Rio, Eng. Balduino, Egerineu Teixeira, Caraíba, Ponte Funda, Vianópolis e Silvânia. Fonte: CASTILHO, Denis. **Estado e rede de transportes em Goiás (1889- 1950)**. In: Anais do XII Colóquio Internacional de Geocrítica, 2012, p. 1-17.

16

As 13 últimas estações ferroviárias inauguradas em Goiás foram: Soldado Mendanha, Soldado Ferrugem, Coronel Pirineus, Soldado José Francisco, Leopoldo de Bulhões, Eng. Valente, General Curado, Eng. Castilho, Anápolis, Jarina, Mestre Nogueira, Senador Paranhos, Bonfinópolis, Honestino Guimarães, Senador Canedo, Eng. Nunes e Galvão, Santa Marta, Goiânia e Campinas. Fonte: CASTILHO, Denis. **Estado e rede de transportes em Goiás (1889- 1950)**. In: Anais do XII Colóquio Internacional de Geocrítica, 2012, p. 1-17.

Na década de 1980, a maior parte das estações foi desativa, os trilhos de alguns trechos retirados (CASTILHO, 2012), o transporte de passageiros, encomendas, telegramas e etc. foram transferidos para a rede rodoviária. Deste modo, a ferrovia foi ressignificada, passando a ser utilizada exclusivamente para o traslado de cargas.

Em 1992 a ferrovia foi incluída no projeto de desestatização e, por meio do Decreto nº 473/92 que determinou a transferência da malha ferroviária para a iniciativa privada por 30 anos, passou a ser operada pela Ferrovia Centro Atlântica (FCA), subsidiária da Companhia Vale do Rio Doce.

Atualmente, a FCA mantém 637 quilômetros de trilhos em operação em Goiás. Os principais produtos transportados são grãos e minérios provenientes principalmente do sudeste do estado.

3.2 A Marcha para o Oeste e a criação da Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG)

A Marcha para o Oeste, ou expansão da fronteira agrícola para o Centro-oeste consistiu em uma política de governo de Getúlio Vargas, cujo objetivo foi, segundo Barbosa (1988) o de promover a “ocupação dos espaços vazios do estado de Goiás, com o intuito de aliviar as pressões sociais e obter o apoio dos homens do campo no desenvolvimento econômico do estado”; que naquele momento iniciava um processo de industrialização e muito demandava de produtos primários.

Conforme Bezerra e Cleps Junior (2004), “com a Marcha para o Oeste, Goiás foi incorporado ao processo produtivo nacional como fornecedor de gêneros alimentícios e matérias-primas e, principalmente, como absorvedor dos excedentes populacionais de outras regiões do país”

Tanto as indústrias, quanto as lavouras que se estabeleceram em Goiás significaram atrativos para migrações, que se intensificaram ainda mais com a notícia da construção de Brasília. A estruturação da nova capital federal foi considerada um dos pontos máximos da Marcha para o Oeste; foram abertas estradas, aumentou-se a oferta de empregos, abertura de novos mercados, modificou-se profundamente a economia e a política do estado de Goiás.

A frente de expansão agrícola para o Centro-Oeste teve também importante papel enquanto amortecedora do caos social que estava instalado em outras regiões do país, sobretudo na região sudeste; reflexo disto é a origem das migrações para Goiás, os migrantes provenientes de Minas Gerais representaram o maior quantitativo e, posteriormente os nordestinos.

Em princípio, o projeto da nova fronteira agrícola era composto de colônias financiadas pelo interesse público e privado, mas ao longo do tempo a redução de investimentos vindos de ambas as partes, colocou o projeto em cheque. Cercados por latifúndios, muitos camponeses não resistiram à pressão dos grandes e acabaram por negociar suas pequenas propriedades. Neste sentido Borges (2000) faz uma reflexão acerca da efetividade do projeto:

a expansão da fronteira agrícola, na forma em que se processou no país, por um lado, favoreceu o aumento da produção de alimentos para atender a demanda da população urbana e, por outro, contribuiu para a reprodução do latifúndio e da agricultura tradicional no Centro-Oeste. (BORGES, 2000, p. 72).

Martins (1997) considera neste processo a existência de duas frentes, a primeira, que ele chamou de *frente de expansão*, composta por camponeses, que foram responsáveis pelo primeiro manejo das terras; e a segunda, que põe fim a primeira, ao passo que grandes fazendeiros se apropriam destes espaços, nomeada por Martins (1997) de *frente pioneira*. A chegada da segunda frente obrigou a mobilidade da primeira em busca de novas terras, fechadas as fronteiras sul e central do estado, a região norte de Goiás passou a ser o novo destino destes camponeses, no entanto concomitantemente na década de 1960, eram instaladas nesta região os primeiros grandes empreendimentos agropecuários e madeireiros.

Os reflexos do aumento populacional ocorrido em Goiás a partir das migrações iniciadas na década 1950 e associadas a nova fronteira agrícola foram expressivos nos Censos do IBGE, o que pode ser notado na Tabela 1.

Tabela 1 - Crescimento populacional no Brasil e em Goiás (1890 - 2010)

Censo	Goiás	Brasil	Goiás/Brasil (%)
1890	227.572	14.333.915	1,59
1900	255.284	17.438.434	1,46
1920	511.919	30.635.605	1,67
1940	661.226	41.236.315	1,60
1950	1.010.880	51.944.397	1,95
1960	1.626.376	70.992.343	2,30
1970	2.938.029	93.134.846	3,15
1980	3.860.174	119.011.052	3,24
1991	4.018.903	146.825.475	2,74
2000	5.003.228	169.799.170	2,95
2010	6.004.045	190.755.799	3,15

Fonte: IBGE- Censo Demográfico 1890 a 2010.
Org.: ALVES, Kênia L. S. 2017

3.3 O governo Mauro Borges e a criação de estratégias para o preenchimento de vazios demográficos

Mauro Borges Teixeira assumiu o governo de Goiás em 1961 e permaneceu até sua deposição após o golpe militar, em novembro do ano de 1964. Oliveira (1987) propõe uma divisão do período de seu governo em três fases. A primeira vai da posse do cargo de governador até o rompimento com o Partido Trabalhista Brasileiro; a segunda que termina com a tomada do poder pelos militares em março de 1964; e por último, a fase que se estende até a sua destituição do cargo, em novembro de 1964.

Na primeira fase, o governador Mauro Borges criou e reativou algumas instituições estaduais, dentre elas destacaram-se a Caixa Econômica do Estado de Goiás (CAIXEGO), o Consórcio de Empresas de Rádio Difusão e Notícias do Estado

(CERNE), o Instituto de Desenvolvimento Agrário de Goiás (IDAGO), o Instituto de Assistência dos Servidores Públicos do Estado de Goiás (IPASGO), a Indústria Química do Estado de Goiás (IQUEGO) e a Metais de Goiás (METAGO).

O IDAGO, que substituiu o Departamento de Terras e Colonização (DTC) e que teve como objetivo promover transformações técnicas, econômicas e institucionais nas áreas da agropecuária, além de ser responsável pela outorga e concessões de terra, foi o primeiro órgão deste governo voltado para questões da terra; neste sentido, posteriormente foram criados também a Companhia Agrícola do Estado de Goiás (CAESGO) que abarcava uma série de funções, como a de assistência educacional, financeira e técnica aos agricultores, bem como auxiliá-los na execução de serviços em suas terras; A Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Goiás (CASEGO) cuja atribuição era de racionalizar o comércio das safras, reduzindo assim o ônus de uma mediação; E a Companhia de Abastecimento do Estado de Goiás (CIAGO), que desempenhava a tarefa de articular a CAESGO, a CASEGO e o Banco de Goiás, para resolver questões do abastecimento agrícola das regiões rurais do estado.

A criação de diversos órgãos ligados ao setor rural sinalizou que havia intenções de promover modificações no campo em Goiás. De imediato, segundo Vieira (2010), o IDAGO despachou mais de 100.000 processos de concessões de terras parados no extinto DTC. Também foram criadas rapidamente novas tabelas de preços das terras, além da reabertura de oferta de terras a serem comercializadas.

Através do IDAGO, Mauro Borges criou alguns projetos como o “Bandeirantes Agrários”, que visava oferecer condições de vida mais dignas aos camponeses. Com a colaboração de estudantes vinculados a União Nacional dos Estudantes (UNE), o projeto oferecia educação de base no campo e atendimentos médicos e odontológicos, realizados por estudantes de universidades públicas de várias partes do país.

Estabeleceu-se também a “Frente de Colonização do Norte do Estado”, que visava conter o movimento separatista através da promoção do desenvolvimento na região. Foram instaladas duas frentes: a Colônia Bernardo Sayão e a Colônia dos Babaçueiros, além destas foram projetadas mais quatro Colônias que, no entanto, não se efetivaram.

Outro projeto de Mauro Borges foi a implantação de Combinados Agro urbanos (CAUs), que tinham como base a colonização de terras devolutas e a formação de cooperativas que seriam compostas pelas famílias do CAU, segundo Oliveira (1987, p. 91), entre 120 e 200 famílias.

Em geral, as ações do governo Mauro Borges foram avaliadas como populistas, tinham na verdade a intenção de acalmar os ânimos dos movimentos sociais no estado, o que não foi bem entendido e desagradou a latifundiários, sobretudo porque em certa medida dificultava a ação de grileiros e o controle sobre terras devolutas era maior. Além destes as mudanças desagradaram também membros do governo, pois segundo Oliveira (1987, p. 98): ao passo que visava romper com a rotina e realizar “transformações econômico-sociais reclamadas”, provocou profunda mudança política, mexendo inclusive nos altos escalões do governo. Opositores desagradados pela política de Mauro Borges o levaram a deposição do cargo em novembro de 1964, poucos meses depois de instalada a ditadura militar no país. No tópico seguinte será analisado o período ditatorial em Goiás.

3.4 O período da Ditadura Militar em Goiás: 1964 a 1985

Substituiu Mauro Borges através de intervenção militar federal em Goiás, o Marechal Emílio Ribas. Em nível nacional, o projeto de governo militar era desenvolvimentista, e foi criada uma série de órgãos e planos neste sentido, alguns com ações que envolviam diretamente ou que tiveram reflexos no estado de Goiás. A priori, foram criadas as superintendências de desenvolvimento regionais, entre as quais destacamos a Superintendência do Desenvolvimento Amazônico (SUDAM) e a Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO), respectivamente em 1966 e 1967;

A primeira priorizou a criação de infraestrutura, o setor de transportes recebeu a maior parte dos recursos, conforme Estevam (1997), cerca de 40% do total aplicado destinaram-se ao melhoramento do sistema viário e a abertura de novas rodovias, a intenção era conectar regiões com menor desenvolvimento econômico (região norte e nordeste) a regiões mais desenvolvidas (região sul e sudeste). O estado de Goiás tornou-se o principal canal de acesso entre essas regiões, e tomado como um “corredor de desenvolvimento”. Segundo Aguiar (2007), em Goiás foram 59 os municípios abrangidos pelas ações da SUDAM.

Margeando a rodovia Belém-Brasília, despontou a presença de grandes fazendas, que evidenciaram o estilo da política “desenvolvimentista” federal, tornou-se claro que o objetivo da SUDAM era o favorecimento da grande propriedade.

Segundo Estevam (1997) dos 626 projetos agropecuários aprovados durante o período ditatorial, 53 foram em Goiás, com tamanhos que variaram entre 21 mil hectares e chegando inclusive a ultrapassar os 100 mil hectares em alguns casos.

Os modelos de projetos contemplados pela SUDAM foram uma das formas, entre outras, onde se reafirmou que a prioridade estava na concentração do capital, desconsiderando completamente outros atores sociais que foram diretamente atingidos e negligenciados como ressalta Estevam (1997):

A ação estatal ensejou oportunidades para acelerar o processo de acumulação e concentração capitalista por parte de empresários nacionais e estrangeiros e esta intervenção governamental na Amazônia Legal negligenciou "pequenos agricultores, geralmente posseiros e trabalhadores rurais sem terra. facilitando a exploração de sua força de trabalho, remunerada ou não. pelos grandes fazendeiros e empresários induzidos a investir na região". A tendência foi o desenvolvimento de um modelo empresarial de exploração agropecuária com novas formas de uso do solo, de relações de trabalho e atrofiamiento da atividade rural de subsistência. Nos projetos, parte dos recursos da SUDAM foram destinados ao setor industrial: entre as maiores empresas de transformação contempladas pelo programa de incentivos estavam dois frigoríficos implantados no norte de Goiás, além de projetos de mineração, usina de álcool e laticínios. (ESTEVAM, 1997, p. 165).

A construção de obras no Centro-Oeste, tanto públicas quanto privadas, suscitou a necessidade de abranger regiões não contempladas pela SUDAM, neste sentido, em 1967 foi criada a SUDECO, que fez parte do I Planejamento Nacional de Desenvolvimento (PND), a partir de então o Centro-Sul de Goiás passou a fazer parte do Programa de Redistribuição de Terras e Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste (PROTERRA) e o Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste (PRODOESTE).

O PRODOESTE teve por objetivo criar infraestrutura para atender as áreas rurais produtivas fora do eixo da Belém-Brasília, uma das obras mais importantes foi a construção da rodovia que ligava Jataí (GO) a Rondonópolis (MT), proporcionando assim maior integração entre os dois estados.

Planejado para atender a demanda de "pequenos produtores", como constava no projeto, pelo contrário, o PROTERRA foi mais um instrumento que beneficiou em

maior parte os médios e grandes produtores, restando para os camponeses uma parcela mínima tanto da verba, quanto da terra.

Vigente pelo período de nove anos, o PROTERRA distribuiu conforme Estevam (1997), 29 milhões de hectares de terras, 108 projetos de colonização e apenas 24 mil famílias atendidas (ESTEVAM, 1997, p. 164). Os números expressam a contradição entre o que havia sido planejado e o que se efetivou de fato, mas reafirmam o caráter acumulador capitalista atrelado a ideologia desenvolvimentista militar.

Na segunda metade da década de 1970, o II PND foi lançado, segmentado em três programas: POLAMAZONIA, POLOCENTRO e Região Geoeconômica de Brasília. O primeiro que teve como proposta concentrar os investimentos públicos, objetivando dinamizar a economia da Região Amazônica. Abrangeu uma pequena porção no estado de Goiás, conforme Aguiar (2007), a região norte, que integrava o polo Araguaia/Tocantins; Aguiar (2007) descreve as características do POLAMAZONIA:

a abrangência do programa e seu conteúdo denotam a intenção de efetivar a ocupação do território. Para a definição dos critérios que delimitariam as áreas de atuação do Programa foram consideradas as potencialidades agrominerais e recursos hídricos, bem como o sistema viário anteriormente implantado, de maneira que a intervenção governamental se verificasse propiciando a intensificação da acumulação em determinados pontos, maximizando os resultados da alocação de recursos humanos e financeiros. (AGUIAR, 2007, p. 788).

Já o POLOCENTRO teve por objetivo promover a modernização da agropecuária na região Centro-Oeste e no oeste de Minas Gerais, para tanto foram feitos investimentos novamente em infraestrutura, pesquisas agropecuárias e concessão de linhas de crédito rural.

Quanto à infraestrutura, foram priorizados o setor de transportes, de energia e de armazenagem, no entanto, segundo Estevam (1997) apenas no setor de energia foram alcançadas as metas estabelecidas pelo programa, enquanto os outros dois setores não chegaram nem próximo de alcançar as suas metas.

As pesquisas ocorreram principalmente por meio da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), mas também por empresas privadas e em geral obtiveram bom desempenho conforme relata Estevam (1997)

Foram implantados em toda a área de abrangência do programa centros, unidades de pesquisa e campos experimentais. O esforço concentrou-se no aprimoramento da tecnologia de cultivos e na pecuária de corte em áreas de cerrado. O resultado, visto através dos níveis de produtividade alcançados nos projetos controlados pela EMBRAPA, mostrou-se relevante. Paralelo aos trabalhos de pesquisa foram montadas unidades especializadas de assistência técnica, gerenciadas por empresas privadas sob a coordenação da EMBRATER. Um arsenal de assistência técnica foi espalhado pela "região dos cerrados" com técnicos de nível superior, voltados para crescimento e expansão das atividades agropecuárias. Nestas unidades, parte substancial dos trabalhos foi desenvolvida na elaboração de projetos para obtenção de crédito rural em função da grande demanda de linhas de financiamentos por parte dos empresários rurais. (ESTEVAM, 1997, p. 134).

Tanto a infraestrutura, quanto as pesquisas significaram importantes passos pró modernização da agricultura no estado de Goiás, mas foi principalmente através do crédito rural que esta começou a se efetivar, uma vez que a concessão era condicionada a adequação a um determinado padrão tecnológico, que incluía segundo Estevam (1997), a motomecanização, elevada densidade de capital, além da aquisição de fertilizantes e outros insumos.

A infraestrutura básica que já estava assegurada, a oferta de apoio técnico e das variadas linhas de crédito, e juros subsidiados, propiciaram a instalação de verdadeiras "empresas-fazendas" em Goiás. O milho, a soja e a cana-de-açúcar foram as culturas que marcaram a tecnificação do campo no estado.

O Programa de Desenvolvimento da Região Geoeconômica de Brasília, teve o objetivo mais diverso entre os outros, o foco era promover a urbanização nas regiões circunvizinhas a capital federal, com o intuito de reduzir as migrações para Brasília. Estevam (1997) relata que a estratégia adotada foram os estímulos às atividades produtivas, industriais e agropecuárias, que por sua vez resultaria na oferta de vagas de emprego.

Foram definidas cinco zonas de investimento: Ceres-Anápolis, Vão do Paranã, Chapadões de Paracatu, áreas de mineração e área de influência das BR- 040 e 050. O Percentual destinado a cada zona variou em virtude das potencialidades de cada uma, no entanto, em geral priorizou-se o investimento em transporte, energia e desenvolvimento rural, quanto a este último especificamente, Estevam (1997) ressalta que embora voltado para a busca de maior produtividade agrícola, não foi priorizado

o modelo “empresa-rural”, pelo contrário, na área de abrangência da Região Geoeconômica de Brasília, multiplicaram-se os assentamentos rurais.

É notório que as políticas militares foram responsáveis por uma grande alteração da estrutura de exploração agrícola no cerrado, por meio dos programas desenvolvimentistas, possivelmente se não fosse a magnitude da intervenção estatal dificilmente o processo capitalista de ocupação da fronteira se projetaria com tamanha rapidez.

Com o fim da ditadura militar no Brasil, a expectativa pela realização de uma reforma agrária foi latente, esperava-se vivenciar uma redemocratização que chegasse ao campo. Abordaremos o processo de redemocratização do país e sua influência para a questão agrária em Goiás no tópico que segue.

3.5 O período pós-redemocratização aos anos 2000

Como mencionado anteriormente, a redemocratização após a ditadura militar carregava consigo a esperança de alteração da estrutura agrária do país, ainda mais, após o lançamento do I Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA). Elaborado de forma democrática, o plano foi construído por meio de grande debate nacional, que envolveu vários representantes da sociedade que desejaram contribuir para o planejamento e efetivação da reforma agrária (INCRA, 1985).

Durante o primeiro período (1985 – 1990) de execução do PNRA, a meta estabelecida era o assentamento de 1,4 milhão de famílias, no entanto apenas 82.896 foram assentadas no Brasil, deste total, cerca de 10.000 no estado de Goiás. O então presidente do Brasil era José Sarney e no governo de Goiás no mesmo período estiveram à frente os ex-governadores Iris Rezende, Onofre Quinan e Henrique Santillo.

Acredita-se que o fracasso do I PNRA esteja relacionado com a organização das entidades de classe dos ruralistas, que se posicionaram em defesa da propriedade privada e contra as ocupações de terras. A União Democrática Ruralista (UDR) organismo mais representativo dos proprietários de terras, foi criado poucos dias após o anúncio do I PNRA; comandado por Ronaldo Caiado, o grupo foi caracterizado por dois traços principais: a defesa da propriedade como direito absoluto e o recurso à violência para assegurá-la (BRUNO 2003, p.285).

Com a redemocratização, a livre associação tanto de camponeses quanto de ruralistas e suas respectivas ideologias contrárias, foram motivadores de relevante aumento no número de conflitos no campo. A UDR assumiu publicamente em 1987 a compra de 4000 armas e admitiu já existirem mais de 70.000 outras sob poder do grupo (Human Rights Watch 1991, p.30). No período entre 1985 e 1990 foi registrada a ocorrência de 3489 conflitos no campo e 705 assassinatos no Brasil; em Goiás foram registrados 194 conflitos e 35 mortes (CPT 1985, 1986, 1987, 1988, 1989).

Na década seguinte (1990 - 2000) houve registro de 316 conflitos e 7 assassinatos no estado de Goiás (CPT 1991, 1992, 1993, 1994, 1995, 1996, 1997, 1998, 1999). Em relação às mortes é possível afirmar que houve redução, no entanto não é possível fazer a mesma comparação com o número de conflitos, visto que os dados disponíveis da década anterior correspondem ao intervalo de tempo de 5 anos apenas. Quanto ao número de ocupações e de pessoas envolvidas houve aumento importante de 1990 em relação a década de 1980 (CPT 1999).

A primeira década dos anos 2000 representou uma nova esperança de modificação do cenário agrário do país. Com a vitória petista nas eleições de 2002 e a eleição de Luís Inácio Lula da Silva à Presidência da República a esperança de uma reforma agrária se renovou, pois sempre havia feito parte das proposições do Partido dos Trabalhadores, mas as expectativas começaram a ser frustradas no primeiro mandato, quando diferente do esperado, o foco na área agrária foi voltado para a “qualificação dos assentamentos rurais já existentes” (SIMONETTI, 2009), tendo essa política recebido a maior parte dos investimentos e atenção, contudo, a desapropriação e novos assentamentos foram poucos, sob o pretexto de que era “mais importante a qualidade do que a quantidade”.

A insatisfação dos que ansiavam pela reforma agrária, foi revertida em luta, era necessário pressionar, existia ainda a expectativa de atendimento mediante as incessantes reivindicações, e foi justamente neste período de governo que houve o maior número de conflitos por terras no país, Goiás por sua vez não fugiu à regra. Ainda que muito distante do que era esperado para este governo, foi nos mandatos de Lula que houve o maior número de famílias assentadas. Inclusive data deste período a criação do PA Olga Benário, nossa área de pesquisa. Números referentes ao período em Goiás na tabela 2:

Tabela 2 - Contexto agrário em Goiás na primeira década dos anos 2000.

Goiás	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Conflitos	70	44	25	18	23	14	24	33
Assassinatos	0	0	1	0	2	0	0	0
Manifestações	19	30	16	21	29	20	16	9
Ocupações	22	36	20	13	20	10	6	6

Fonte: CPT (2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010).

O governo Dilma apresentou resultados ainda mais insatisfatórios do que seu antecessor, atribui-se a “culpa” a bancada ruralista que age exclusivamente pelos interesses do agronegócio, ignorando completamente a questão agrária. No Brasil, houve nesse período um discreto aumento do número de conflitos em relação ao período anterior e houve também aumento do número de assassinatos. Já no estado de Goiás, foi notório o aumento do número de ocupações e manifestações. Números referentes ao período em Goiás na tabela 3:

Tabela 3 - Contexto agrário em Goiás na segunda década dos anos 2000.

Goiás	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Conflitos	33	32	21	21	37	18
Assassinatos	0	0	0	0	0	0
Manifestações	19	21	24	20	28	36
Ocupações	3	13	4	7	19	8

Fonte: CPT (2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017).

Com o golpe parlamentar de 2016, que teve início com o afastamento da presidenta Dilma Rousseff e culminou em seu *impeachment*, foi retomado o ideário neoliberal para a agenda agrária (LEITE, 2018), que combinado a política de austeridade, resultou em profundos cortes de investimentos públicos para o setor.

Entre as políticas que sofreram cortes orçamentários, destacam-se a *Bolsa*

¹⁷ Verde¹⁸, Programa Cisternas¹⁹ e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) que teve o orçamento reduzido de 840 milhões em 2012, para 478 milhões em 2016 e 360 milhões em 2017 (GROSS, 2018), este último possivelmente foi o que mais impactou as comunidades rurais no estado de Goiás.

Aguinel Fonseca, agente pastoral da CPT na Diocese de Goiás e fundador da CPT Regional Centro-Sul, em entrevista, mencionou as dificuldades enfrentadas pelas famílias camponês durante a gestão de Michel Temer: “Já não estava fácil, mas o pessoal conseguia se manter, tinha a garantia da rendinha, o PAA era para muitos a única fonte de renda, muitos desistiram. Não é fácil pro pequeno se manter na terra sem incentivo”.

Para o ano de 2018, programas como o PRONERA²⁰, Reconhecimento de territórios quilombolas e Terra Sol tiveram seus orçamentos reduzidos em mais de 70% (LEITE, 2018).

17

O Bolsa Verde é um programa de transferência de renda para famílias em situação de extrema pobreza que vivem em áreas de relevância para a conservação ambiental. Funciona como um incentivo às comunidades para que continuem usando, de forma sustentável, os territórios onde vivem. O programa concede R\$300 reais, de três em três meses, para as famílias que sejam beneficiárias em áreas para a conservação ambiental, respeitando as regras de utilização dos recursos. O benefício será concedido por dois anos, podendo ser renovado. Esse benefício, criado no âmbito do plano **Programa Brasil Sem Miséria**, é destinado àqueles que desenvolvem atividades de uso sustentável dos recursos naturais em Reservas Extrativistas, Florestas Nacionais, Reservas de Desenvolvimento Sustentável federais e Assentamentos Ambientalmente Diferenciados da Reforma Agrária.

18

O Programa Nacional de Apoio à Captação de Água de Chuva e outras Tecnologias Sociais (Programa Cisternas), financiado pelo MDS desde 2003, instituído pela Lei nº 12.873/2013 regulamentado pelo Decreto nº 8.038/2013, tem como objetivo a promoção do acesso à água para o consumo humano e para a produção de alimentos por meio da implementação de tecnologias sociais simples e de baixo custo. O público do programa são famílias rurais de baixa renda atingidas pela seca ou falta regular de água, com prioridade para povos e comunidades tradicionais. Para participarem, as famílias devem necessariamente estar inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal. O semiárido brasileiro é a região prioritária do programa.

19

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), criado pelo art. 19 da Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003, possui duas finalidades básicas: promover o acesso à alimentação e incentivar a agricultura familiar. Para o alcance desses dois objetivos, o programa compra alimentos produzidos pela agricultura familiar, com dispensa de licitação, e os destina às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional e àquelas atendidas pela rede socioassistencial, pelos equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional e pela rede pública e filantrópica de ensino.

20

O Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), tem a missão de ampliar os níveis de escolarização formal dos trabalhadores rurais assentados. Atua como instrumento de democratização do conhecimento no campo, ao propor e apoiar projetos de educação que utilizam metodologias voltadas para o desenvolvimento das áreas de reforma agrária.

3.6 O espaço agrário no Sudeste Goiano e a luta do arrendo

Com a construção da ferrovia Mogiana e a mudança na base da economia de São Paulo e do Triângulo Mineiro, Pires do Rio e a região circunvizinha passaram a ser um importante polo produtor agropecuário, sua localização privilegiava o escoamento da produção para outras regiões do país, através da estrada de ferro (LOUREIRO, 2012).

O cultivo do arroz e a pecuária eram os carros-fortes da produção. Para beneficiamento dos produtos, instalaram-se na região charqueadas, curtumes, serrarias, laticínios, máquina de beneficiamento de arroz e outros pequenos centros de ascensão. A expansão do sistema rodoviário também foi necessária para o transporte da produção até as estações de trem.

O noticiamento da prosperidade na região da estrada de ferro estimulou o movimento migratório para a mesma. Ao mesmo tempo características da frente pioneira tomaram conta do sudeste goiano. Suas terras foram valorizadas, a concentração de terras foi se processando. Os pequenos proprietários começam a ser pressionados pelos grandes que buscavam a ampliação de suas terras para a pecuária (LOUREIRO, 1982). Conseqüentemente alterou-se as relações de trabalho, passando a ser o arrendamento a alternativa para o camponês permanecer na terra. Para Kautsky (1988), esta é a “forma clássica da agricultura capitalista”.

Apesar de serem denominados arrendatários, os camponeses da região não dispunham de capital suficiente para prover todo o processo produtivo; sendo assim, submetiam-se ao fechamento de “contratos de boca” com os proprietários das terras, que proviam parte dos insumos e procedimentos para o cultivo e em contrapartida recebiam além da taxa de arrendo, em média 50% da produção, além de que se estabeleciam algumas garantias (LOUREIRO, 1982).

Com a nova frente pioneira de expansão na década de 1930 direcionada para o mato grosso goiano e o baixo preço das terras na região, o sudeste goiano deixou de ser o polo agropecuário de Goiás, muitos proprietários de terras e camponeses migraram para as imediações da CANG, refletindo assim na queda da produção na região sudeste do estado do estado, no entanto, no município de Orizona o percentual desta queda foi irrisório, o que garantiu a continuidade da atividade no mesmo ritmo.

Na década de 1940 o país assiste à reestruturação do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e das Ligas Camponesas (LOUREIRO, 1982), que teceram duras

críticas as relações de trabalho do campo e elaboraram cada um, documentos com objetivos que entre outros envolviam a baixa da taxa do arrendo. Em 1947, com a eleição de dois deputados pelo PCB, é aprovada a inclusão do Artigo 172 que diz: “A lei disporá sobre a maneira de se exercer fiscalização sobre o arrendamento de terras agrícolas, para obstar que a taxa de arrendamento exceda a vinte por cento sobre a produção”.

Após a aprovação do Artigo 172, rapidamente membros do diretório regional do PCB em Pires do Rio encarregaram-se de divulgá-la entre camponeses da região do sudeste de Goiás, além de oferecer práticas político-educativas, o que não foi tarefa simples, visto que os camponeses em princípio ficaram desconfiados e usavam de argumentos como: “Nóis confia no patrão, ele é homi bom” (LOUREIRO, 1982).

Só após duas safras alguns camponeses passaram a se reunir para discutir a baixa da taxa do arrendo, aos poucos outros se juntaram ao grupo e finalmente em no ano de 1950 reivindicaram pela primeira vez o cumprimento da lei, conforme Loureiro (1982) foi um momento de muita tensão, os camponeses foram acompanhados de um representante das Ligas Camponesas em Goiás e por sua vez o fazendeiro foi acompanhado de jagunços. Embora a contragosto do proprietário da fazenda, naquela ocasião cumpriu-se a lei.

Com a percepção de que havia risco de enfrentamento violento em outras fazendas da região, camponeses se uniram para garantir o cumprimento da lei em outras propriedades. A primeira consequência após a entrega da safra foi a não renovação dos “contratos de arrendamento”, uma vez que os fazendeiros queriam a manutenção da taxa de 50%, o que conforme Loureiro (2012) causou o trânsito (troca) de camponeses entre as fazendas.

Na colheita posterior a que se cumpriu a cobrança da taxa de 20%, alguns fazendeiros adiantaram-se, efetuaram a colheita antes dos camponeses, deixando-os sem nada, mas com dívidas. Em casos onde a lei foi cumprida, o arrendatário que tinha por costume comprar a parte da produção que pertencia aos camponeses, deixou de fazê-lo.

Na terceira colheita pós lei os conflitos ficaram mais latentes, fazendeiros convocaram camponeses para uma reunião e solicitou que esses fossem desarmados, no entanto um representante do PCB, questionou a solicitação e orientou-os a fazer o contrário, irem todos armados e foi o que aconteceu; a polícia foi chamada.

Conforme Loureiro (1982), instalou-se no município de Orizona 20 policiais, sob comando do Tenente Rui Barbosa, na época conhecido por sua crueldade. Todos os camponeses envolvidos com o PCB foram convocados, um a um foram intimidados. Após isso a polícia recebeu reforço de Goiânia, mais 40 policiais juntaram-se ao grupo para cumprir as ordens de prisão. Todos os que tentassem ir de Pires do Rio para Campo Limpo ou o contrário eram presos.

Camponeses organizaram trincheiras para vigiar e anteceder possíveis ataques dos policiais e procuraram apoio na cidade, no diretório do PCB. Segundo Loureiro (1982), sem armas suficientes para enfrentar a polícia, o partido sugere que os camponeses migrem pela mata para o município vizinho, Urutaí, assim a polícia não pode efetuar as prisões e retornou para Goiânia, mas deixou sob posse dos fazendeiros, lista com todos os camponeses que participaram do movimento.

Com sua atividade através do arrendamento inviabilizada, camponeses motivados por Gregório Bezerra, deputado pelo PC, resolveram derrubar a mata de Campo Limpo para estabelecer ali sua lavoura. O que provocou a ira do dono da fazenda onde estava a mata e a divisão de opiniões entre apoiadores das cidades da região. Novamente foi solicitada força policial, desta vez sob comando de um coronel-senador.

Não houve diálogo, conforme Loureiro (1982) a polícia invadiu as residências dos camponeses, destruindo tudo e espancando as pessoas que encontraram. O fato foi noticiado no jornal do PCB com a seguinte manchete: *Camponeses pedem terra, Estado responde com bala*. Este momento representou uma vitória temporária dos fazendeiros da região. Ao mesmo tempo, o fato causou mal-estar entre camponeses e os integrantes do PCB, o que é evidenciado na fala da entrevista a Loureiro (1982):

"depois dessa repressão toda, o partido não teve coragem de voltar para falar com os camponeses. Eles estavam contra o partido. As mulheres com crianças chegavam a Pires do Rio com ódio dos elementos do partido, que não tinha como explicar para o povo que o culpado era a polícia e não o partido".

Talvez o erro tenha sido o partido, em sua pedagogia, não ter promovido à consciência de classe e a liderança camponesa, passando após o conflito com a polícia, ser considerado intervenção alheia.

Com a retomada da taxa do arrendo pelo preço que os fazendeiros impunham, ficou entre os camponeses a permanente sensação de estar sendo enganados, ainda

assim não houveram outras mobilizações na região, no sentido de reivindicar a baixa da taxa. A Lei só foi cumprida após organização e reivindicação das Ligas Camponesas, mais de uma década depois.

Após o período da ditadura militar, outros conflitos instalaram-se na região do sudeste goiano, sobretudo após a articulação do MST. Uma das maiores expressões das conquistas camponesas oriundas destes conflitos são os assentamentos rurais. Hoje no sudeste goiano existem sete (7) assentamentos, que foram destinados a 174 famílias (INCRA, 2018). O PA Olga Benário, a área escolhida para a pesquisa é o maior entre eles e com o maior número de famílias atendidas.

4 DA LUTA PELA TERRA NA REGIÃO DE IPAMERI E A CRIAÇÃO DO ASSENTAMENTO OLGA BENÁRIO

Nesta seção temos o propósito de apresentar os aspectos gerais relativos ao Assentamento Olga Benário de Ipameri (GO). Para tanto, optou-se por partir da caracterização do município o qual o assentamento está inserido, Ipameri (GO). Fora abordado seu histórico, desde a formação do arraial que o originou, até os dias atuais.

Obras que contam a história de Goiás, da “região da estrada de ferro” e do próprio município de Ipameri, além de dados oficiais, memórias e documentos disponíveis na Biblioteca Municipal João Veiga foram fundamentais para a composição desta seção.

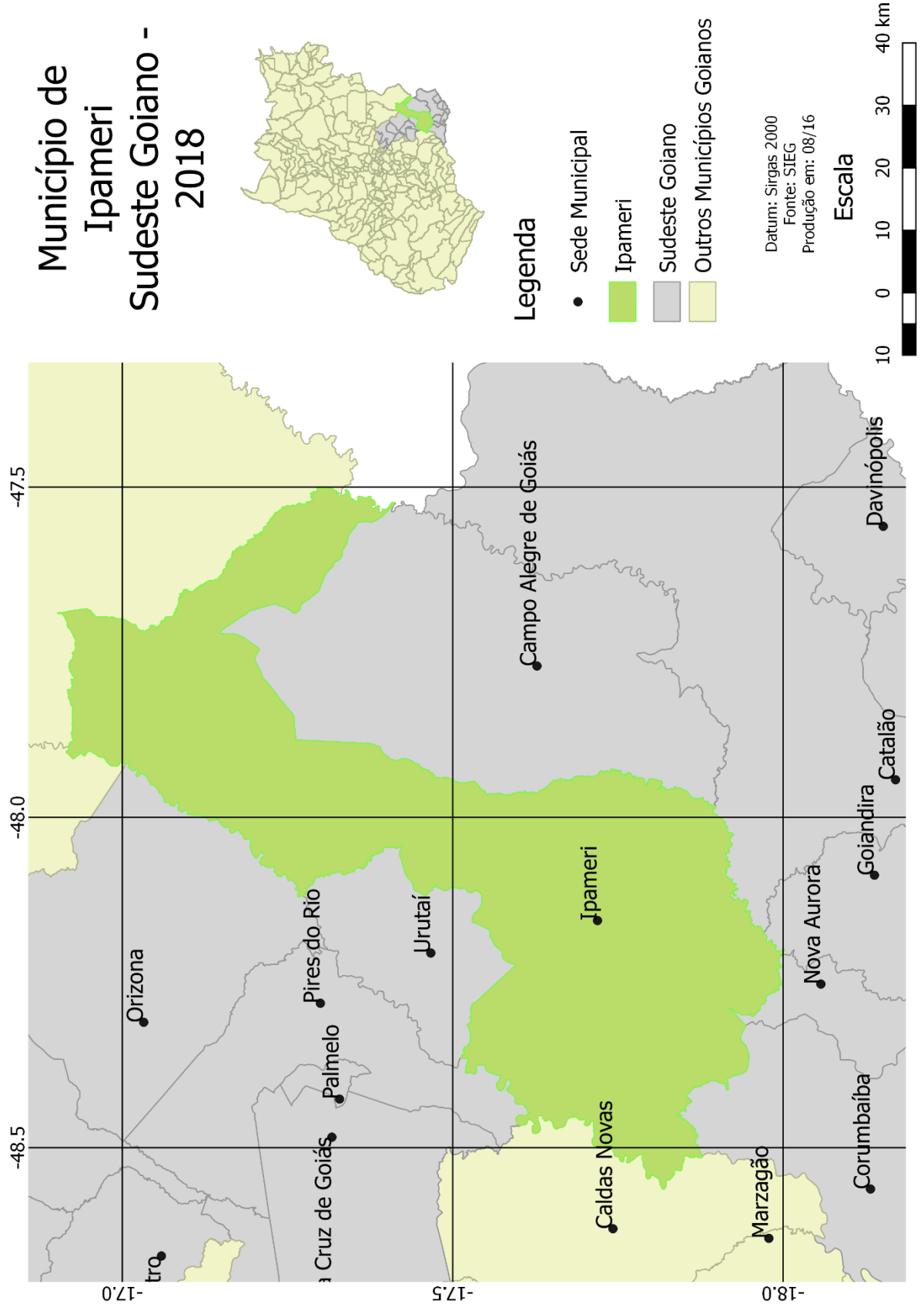
O segundo momento marca nossa entrada no universo do Assentamento Olga Benário de Ipameri (GO), trata-se do item denominado por nós “A gênese do Assentamento Olga Benário”, que como o próprio nome sugere, elencou fatos, dados e momentos que congregaram para a instituição do assentamento.

4.1 De Arraial à município: a formação socioespacial de Ipameri

O município de Ipameri (Mapa 1), onde está localizado o Assentamento Olga Benário, integra junto aos municípios de Anhanguera, Campo Alegre de Goiás, Catalão, Corumbaíba, Cristianópolis, Cumari, Davinópolis, Gameleira de Goiás, Goiandira, Leopoldo de Bulhões, Nova Aurora, Orizona, Ouidor, Palmelo, Pires do Rio, Santa Cruz de Goiás, São Miguel do Passa Quatro, Silvânia, Três Ranchos, Urutaí e Vianópolis a Região Sudeste do estado de Goiás. Ipameri também a microrregião de Catalão.

Distante cerca de 190km da capital goiana e 318km da capital federal, Ipameri limita-se com os municípios de Caldas Novas (GO*/), Campo Alegre (GO), Corumbaíba (GO), Cristalina (GO), Goiandira (GO), Luziânia (GO), Nova Aurora (GO), Orizona (GO), Paracatu (MG), Pires do Rio (GO) e Urutaí (GO).

Mapa 1 – Localização do município de Ipameri- Sudeste goiano - 2018



Fonte: SIEG - Base cartográfica e mapas temáticos de Goiás.
. Org.: ALVES, K. L. S. (2018)

Ipameri, que a princípio era vinculado ao município de Catalão, foi povoado inicialmente por agricultores procedentes da capitania de Minas Gerais, e também de Catalão, no início do século XIX, àquela altura sob o nome de Arraial Vai-Vem, segundo IBGE (2001), o nome se deu em virtude do Ribeirão Vai-Vem, curso d'água adjacente. Sobre o povoamento de Ipameri Veiga (1967) relata:

Vai-Vem retoma, mais ou menos, ao ano de 1816 (...) teve seu aparecimento exclusivamente em função do agrupamento de homens aquela época dedicados ao amanho da terra, ao criatório de gado. Os primeiros povoados deslocaram-se das Minas Gerais e do próprio Catalão, buscando os tratos de terras férteis às margens do Veríssimo, do Braço e do Corumbá. Na região adquiriram ou assentaram propriedades, lavrada a terra, levantando moradias e fundando um núcleo, uma comunidade. A sociedade que se formou então foi de caráter originariamente agrário-pastoril. (VEIGA, 1967, p. 45).

Em 1845, o arraial Vai-Vem foi elevado à condição de distrito, 13 anos após, em 1858, ocorre nova elevação, desta vez para a condição de Vila, recebeu autonomia, mas a perdeu poucos anos depois, em 1963. Após grandes mobilizações dos habitantes, em 1980 a Vila alcançou a categoria de cidade, desta vez rebatizada com o nome de Entre-Rios, pelo fato de estar localizada entre os Rios Braço e Corumbá; passou a ser chamada pelo novo topônimo, Ypameri, mas de mesmo significado, somente em 1904.

Conforme informações da Prefeitura de Ipameri (2017), o atual nome surgiu após a verificação da existência de alguns homônimos no país, o que acarretou em problemas, sobretudo com a entrega de correspondências, uma vez que não existia ainda o sistema de código de endereçamento postal.

O vocábulo Ipameri, tem origem Tupi-guarani, cujo significado pode ser entendido através de sua formação: “Y” significa rio, “Pan” e “Meri” significam espaço, entre, vão; Ypameri, que teve a letra “N” suprimida, substituiu o antigo nome Entre-Rios, mas como já mencionado, manteve o mesmo significado. Anos mais tarde, por convenções da língua portuguesa entendeu-se que era apropriada a substituição do “Y” pelo “I”, e o nome do município foi alterado a última vez para Ipameri.

Naquele momento, em meados dos anos 1850, o Brasil vivia um momento de integração comercial da região sudeste com a região Centro-Oeste. As terras de Goiás despertaram interesse a princípio para a prática da pecuária extensiva, tal atividade

necessitava de grandes extensões de terras, de modo que ao anexar as suas propriedades mais terras próximas do oeste paulista, os fazendeiros promoviam a valorização de seus imóveis e intensificavam suas atividades agropastoris, como cita Maia (2011):

... a necessidade de garantia de terras abertas para o gado, conjugada com as pressões por parte do Estado pela regularização da propriedade fundiária, a partir da Lei de Terras e, ao mesmo tempo, a valorização dos imóveis rurais pela maior proximidade com o oeste paulista, foram os fenômenos que caracterizaram a expansão da fronteira em Goiás na segunda metade do século XIX. (MAIA, 2011, p. 1).

Ipameri foi uma das principais fronteiras de expansão agrícola para o Centro-Oeste, conforme Alencar (1993), entre 1872 e 1890 o povoado de Entre-Rios teve crescimento populacional de 66%, número expressivo, visto que apenas cinco outros municípios goianos apresentaram crescimento maior no período.

No final do século XIX, o movimento expansionista promove um novo surto de povoamento no sudeste goiano e em Ipameri em especial, desta vez em virtude da expansão das lavouras de café. Para Lisita (1996), tal expansão levou a uma maior valorização das terras goianas, e, naturalmente um aumento das tensões sociais pela posse da terra.

Outro acontecimento, que ocorrerá um pouco mais tarde, já no início do século XX, a implantação da estrada de ferro a partir de 1913, que ligava o Centro-Oeste ao Sudeste significou naquele momento a definitiva chegada do progresso, tanto que a região Sudeste de Goiás passou a ser conhecida também como a região da estrada de ferro, Arrais (2013) descreve a linha férrea:

Em Goiás, após atravessar o rio Paranaíba, vinda de Uberlândia e Araguari, a ferrovia passa por Ananguera, Cumari, e Goiandira, com ramal para Catalão e Ovidor. Seguindo para o norte, passa por Ipameri, Urutaí e Pires do Rio, onde se bifurca com destino a Brasília e Leopoldo de Bulhões. A partir dali segue para Senador Canedo e Anápolis, no Porto Seco, onde chegam produtos para atender às indústrias locais e regionais. (ARRAIS, 2013, p. 63).

Para Ipameri a estrada de ferro foi um símbolo de desenvolvimento, Hilma Brandão (2005) descreve as mudanças ocorridas no município:

...no caso de Ipameri, a chegada da estrada de ferro vai acarretar o surgimento da primeira fábrica, da energia elétrica, da primeira agência bancária e outros "pioneirismos", mas também faz surgir novas formas de exclusão, como os bairros e as vilas na cidade e os antigos casarões abandonados, contradições presentes na modernidade. (BRANDÃO, 2005, p. 17).

Entre os "outros pioneirismos" de Ipameri (GO) citados por Brandão (2005), podemos destacar a construção da primeira usina hidrelétrica de Goiás, também o primeiro cinema do estado, além do serviço público de telefones e os primeiros automóveis na região, todos estes acontecimentos até o ano de 1920.

Além dos migrantes que já residiam em Ipameri, o município recebeu nas primeiras décadas dos anos 1900, atraídos pela oferta de terras, matérias-primas abundantes e empregos, migrantes estrangeiros, principalmente árabes e europeus, o que resultou no desenvolvimento do município, que passou a ser o maior centro financeiro, industrial, comercial e cultural do estado, como afirma Brandão (2005).

A necessidade da existência de uma agência bancária para a realização de tantas movimentações financeiras no município, levou a Ipameri a primeira agência do Banco do Brasil em 1921. No ano seguinte, 1922, Ipameri recebeu o 22º batalhão de caça do exército brasileiro. As três décadas que sucederam foram marcadas por muitas outras inaugurações. No entanto a partir da década de 1950 o município de Ipameri entra em processo de decadência, Brandão (2005) contextualiza este momento:

[...] a cidade continua assistindo às inaugurações durante toda a década de 1940 e 1950, passando nas décadas seguintes a um processo inverso, o de fechamento das casas comerciais e bancárias e a mudança de várias famílias para cidades próximas, principalmente com a construção da estrada de rodagem "BR 050" que liga Belém-PA a Brasília-DF. Em termos econômicos, a cidade passa por um período que é percebido e por todos representado como sendo de "decadência". (BRANDÃO, 2005, p. 50 - 51, grifo do autor).

Nas décadas de 1960, 1970 e 1980 mencionada por Brandão (2005) como período de decadência, o município viveu um esvaziamento acelerado do campo, apresentando redução da população rural de quase 8% no censo de 1960, 31% no censo de 1970 e 32% no censo de 1980. Já a década de 1990 apresenta comportamento diferente no município, registrando a baixa de apenas 2,62% da população rural, atribui-se ao fato da implantação de agroindústrias no município (SOARES, 2006).

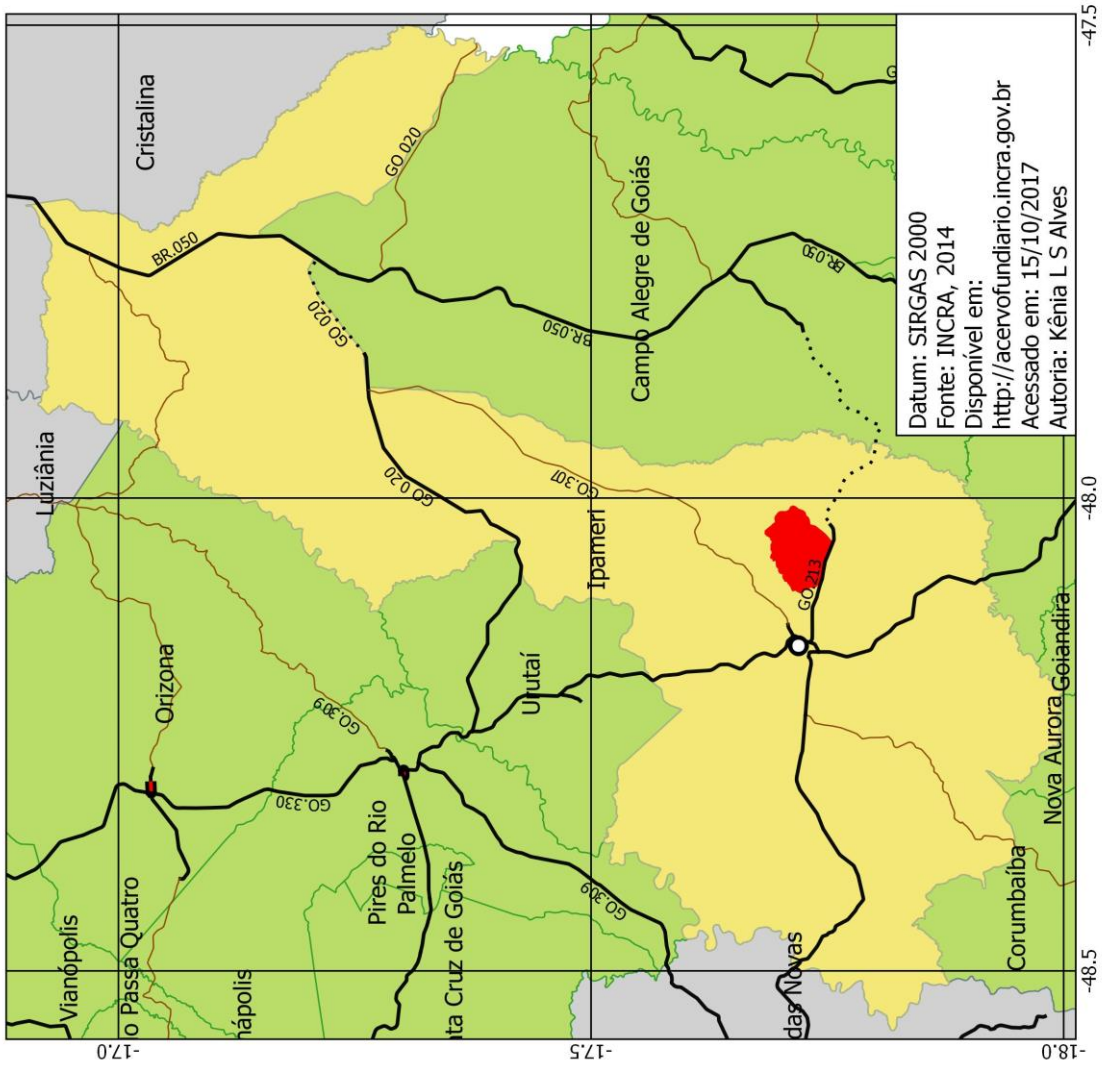
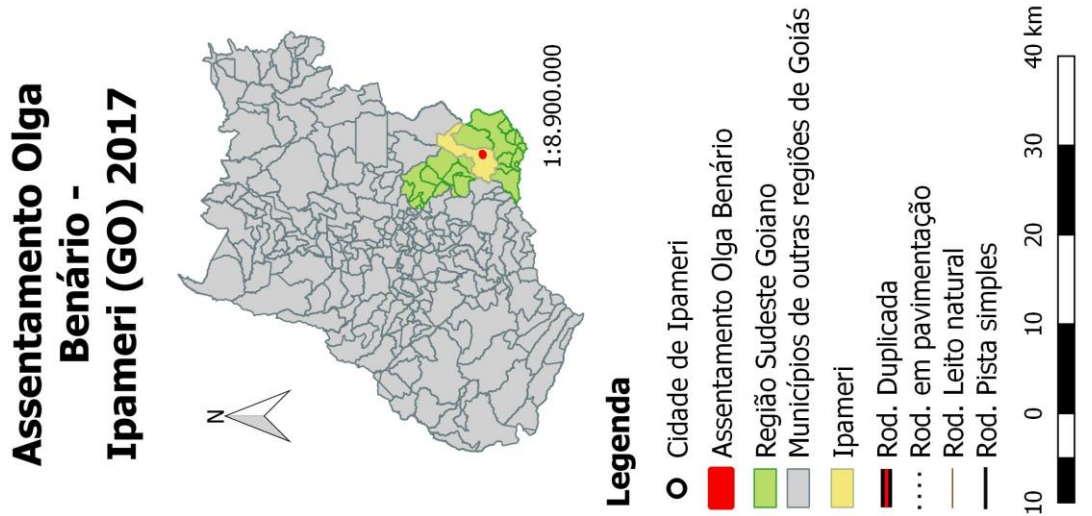
Entre as décadas de 1950 e 2000 o município teve um incremento na população absoluta de cerca de 30%, bem abaixo do período anterior. No último censo demográfico, realizado pelo IBGE em 2010, Ipameri possuía 24.735 habitantes e a projeção para a população ipamerina em 2017 era de 26.747 habitantes.

4.2 Da Fazenda Ouro Verde ao Assentamento Olga Benário

O assentamento Olga Benário está distante 20km da sede do município de Ipameri, margeia a rodovia GO-213, sentido Ipameri-Campo Alegre e a área total conforme o Ministério do Desenvolvimento Agrário (2005) é de 4322 hectares. O Mapa 2 retrata a localização do assentamento.

Originado a partir da aquisição do imóvel rural Fazenda Ouro Verde/Santa Rosa, pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), em 2004, pelo valor de R\$ 8.355.547,27. O decreto de desapropriação (Anexo 1) data do dia 11 de agosto de 2004 e a criação oficial do assentamento em 09 de agosto de 2005 (MDA/INCRA, 2006).

Mapa 2 - Assentamento Olga Benário - Ipameri (GO)



Fonte: INCRA I3geo.
 . Org.: ALVES, K. L. S. (2017)

Oitenta e quatro (84) famílias inicialmente vinculadas ao MST viveram durante quase dois anos na condição de pré-assentados, em maioria, residindo em barracas de lona, conforme relata FIRMINO (2013). De acordo com o descrito no Plano de Desenvolvimento do Assentamento Olga Benário de Ipameri (2006), estas famílias ao serem oficialmente assentadas, passaram a ocupar lotes cuja dimensões variaram de acordo com a declividade²¹, e proximidade de cursos d'água e por consequência, da fertilidade. Quanto mais fértil o solo menor a parcela e quanto menos fértil maior o tamanho do lote.

Quanto aos aspectos naturais, o Assentamento Olga Benário conta com relevo de feições plana, suave ondulada, ondulada e fortemente ondulada. O corpo hídrico é composto pelo Rio do Braço, Ribeirão Dois Irmãos, Córregos Cascavel, Mato Redondo, Moinho, Posse, do Profeta, Retiro, Represa, Sede, Sucuri além de 26 represas. Já os solos da área classificam-se em: cambissolos, latossolo vermelho amarelo, latossolo vermelho escuro e litossolo. A fauna e a flora são típicas do Cerrado e as áreas de reserva legal e de preservação permanente são mantidas pelos assentados (NETO, 2006).

Em relação a infraestrutura, o abastecimento de água se dá através da captação nos cursos d'água, cujo o acesso foi facilitado pela abertura de caminhos feitos pelos próprios assentados, além de poços artesianos. O fornecimento de energia elétrica teve início em 2010, através do Programa Luz para Todos do Ministério de Minas e executado pela Companhia Celg de participações (INCRA, 2010).

O acesso aos lotes ocorre através de cinco entradas, distribuídas entre os quilômetros 104 e 110 da Rodovia GO213, sentido Ipameri-Campo Alegre. A entrada de número 4, era antes o acesso à sede da antiga Fazenda Ouro Verde. Neste ponto, logo às margens da rodovia foi colocada à placa de implantação do assentamento, treze anos depois ela está no mesmo lugar, porém com marcas do vandalismo e do tempo (Foto 1).

21

O terreno foi classificado em cinco níveis de declividade: A- 0% a 3%, B- 3% a 8%, C- 8% a 20%, D- 20% a 45% e E- 45% a 100%. Maior parte dos lotes, 55%, estão classificados no nível C. Fonte: Plano de Desenvolvimento do Assentamento Olga Benário

Foto 1 - Assentamento Olga Benário - Placa de criação do assentamento Olga Benário.



Fonte: Arquivo pessoal (01/2018). Pesquisa de campo (2018).

As demais entradas só foram abertas após a instituição do assentamento e divisão dos lotes. O número de lotes que cada acesso da entrada varia entre 12 e 19. As vias estão bem conservadas e são largas o suficiente para o trânsito concomitante nos dois sentidos. Existem algumas pontes (foto 2), que foram construídas em sistema de mutirão e com materiais encontrados no próprio assentamento, como madeiras de aroeira (FIRMINO,2013).

Foto 2 - Assentamento Olga Benário - Ponte construída sobre o Córrego das Nascentes em 2005



Fonte: PDA 2006/2007

Em todas as entradas existem placas de identificação colocadas pela ASPROAB e patrocinadas por empresas do município. A primeira entrada (Foto 3) situa-se no KM-104 da Rodovia GO213. Eucaliptos estão plantados as margens, por cerca de 700 metros, existe também uma estrutura onde são deixados galões com leite produzido no assentamento, que são recolhidos diariamente por um laticínio do município (laticínios Carvalho).

A segunda entrada é distante da primeira cerca de 2 quilômetros, neste ponto é notório um nível de declividade acentuada, o que repete pelos quilômetros seguintes até a entrada 3, nesta concentram-se os acessos ao maior número de parcelas, 19 ao todo.

A entrada 4 era originalmente a via de acesso à sede da fazenda, esta possivelmente por ter sido a mais utilizada em princípio, é mais larga e melhor conservada que as outras. Hoje é via de acesso à Escola Arca das letras (sem atividade temporariamente), a sede da Associação dos Pequenos Produtores do Assentamento Olga Benário e também (ASPROAB), a Cooperativa Mista dos Agricultores e Agricultoras Familiares de Ipameri (COOPMAFI), as ruínas da sede da antiga fazenda e também acesso ao principal curso d'água, o Córrego das Nascentes.

A entrada de número 5 dá acesso a sede de outra importante associação do assentamento, a Associação Camponesa Regional de Agricultura Familiar (ASCRAF). Um galpão onde são guardados grãos produzidos coletivamente no assentamento também é acessado através desta entrada.

Foto 3 - Assentamento Olga Benário - Entrada 1 do Assentamento Olga Benário - KM-104 Rodovia GO213.



Fonte: Arquivo pessoal (01/2018). Pesquisa de campo (2018)

A partir de qualquer uma das entradas é possível enxergar algumas construções do assentamento; às margens da rodovia nota-se áreas de cultivo de arroz, milho e soja, além de algumas cabeças de gado. Dada a grande extensão do assentamento, a divisão dos acessos através de algumas entradas otimizou o tempo de deslocamento para os moradores, dinamizou as atividades internas e a comunicação.

Das antigas edificações da Fazenda Ouro Verde, foram preservadas o retiro, um paiol, um pequeno galpão e casa principal (Fotos 4, 5 e 6); essa última, apesar da boa estrutura mantém-se desocupada desde a saída dos antigos proprietários. Há relatos entre os moradores do assentamento que exaltam a beleza da casa e destacam a piscina (Foto 4) e o monjolo (foto 5), hoje tomados pelo mato.

Foto 4 - Assentamento Olga Benário - Casa principal vista dos fundos/ piscina



Fonte: Arquivo pessoal (01/2018). Pesquisa de campo (2018).

Também nos fundos da casa há um monjolo, que na ocasião da entrada das famílias para o assentamento ainda estava em funcionamento, e funcionou como fonte de água para consumo e atividades rotineiras. Após a divisão das parcelas ninguém assumiu a tarefa de limpeza do rego d'água, que com o tempo secou e ocasionou o fim da atividade do monjolo.

Foto 5 - Assentamento Olga Benário - Casa principal/ monjolo



Fonte: Arquivo pessoal (01/2018). Pesquisa de campo (2018).

Na lateral direita da casa existe uma área de serviço que acomoda tanque de lavar de roupas, cisterna e caixa d'água, este pequeno conjunto recebe manutenção é utilizado para abastecer a padaria da ASPROAB (Foto 7) que fica localizada em frente.

Foto 6 - Assentamento Olga Benário - Casa principal/ Área de serviço



Fonte: Arquivo pessoal (01/2018). Pesquisa de campo (2018).

Anexo à padaria foi construída pela ASPROAB um centro de convivência (foto 8) com banheiros masculino e feminino, com a finalidade de abrigar assembleias, reuniões e comemorações realizadas pela associação.

Foto 7 - Assentamento Olga Benário - Padaria da ASPROAB



Fonte: Arquivo pessoal (01/2018). Pesquisa de campo (2018).

Foto 8 - Assentamento Olga Benário - Centro de convivência da ASPROAB



Fonte: Arquivo pessoal (01/2018). Pesquisa de campo (2018).

Próximo da casa, ao lado esquerdo foi construída a sede da Cooperativa Mista dos Agricultores e Agricultoras Familiares de Ipameri-GO (COOPMAFI), a organização coletiva mais recente no assentamento, data de 2016.

Foto 9 - Assentamento Olga Benário - Sede da Cooperativa Mista dos agricultores e agricultoras familiares de Ipameri-GO (COOPMAFI)



Fonte: Arquivo pessoal (01/2018). Pesquisa de campo (2018).

Todas as edificações citadas ficam no espaço onde se localizava a sede da Fazenda Ouro Verde, além destas, neste espaço há também uma escola rural (foto 9) desativada, que atendia alunos das séries iniciais e que foi contemplada com o Programa Arca das Letras ²², os livros continuam à disposição dos interessados em lê-los.

22

O Programa de Bibliotecas rurais Arca das Letras teve início no ano de 2003, sob direção do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Com objetivo de democratizar o acesso ao conhecimento junto às comunidades beneficiadas pelo Programa Nacional de Crédito Fundiário. Assentamentos de reforma agrária, comunidades tradicionais, indígenas e Centros de Formação por Alternância. O programa consiste no fornecimento de móvel (arca) com 240 livros, divididos entre as categorias, literários, técnicos, didático e gibis.

Foto 10 - Assentamento Olga Benário - Escola rural desativada



Fonte: Arquivo pessoal (01/2018). Pesquisa de campo (2018).

Além da ASPROAB e da COOPMAFI, existe no assentamento uma terceira expressão da organização coletiva, a Associação Camponesa Regional da Agricultura Familiar- ASCRAF, criada no ano de 2010, mas a sede desta fica localizada distante das duas primeiras, o acesso a ela se dá por outra entrada, como anteriormente mencionado.

Em geral, observa-se que o assentamento alcançou um nível de organização e boa infraestrutura, considerando que é relativamente recente, doze anos de existência. A coordenadora da CPT diocesana de Ipameri irmã Maria Inês de Oliveira faz uma observação neste sentido:

O assentamento Olga Benário vem se consolidando cada vez mais. Tem melhorado bastante o nível de organização interna e as demandas de infraestrutura hoje são pequenas. Essa organização permite que as famílias venham trabalhando bem em suas parcelas, com significativa produção de hortaliças, mandioca, milho, leite e pequenos animais, além de derivados que alavancam a economia do assentamento. Existem duas panificadoras que tem produção significativa de panificados destinados ao PNAE e PAA, beneficiando várias famílias do assentamento. O desafio é alcançar mais políticas públicas e garantir as que já tem.

Irmã Maria Inês Oliveira- CPT (Entrevista realizada em 04/03/2018).

Aspectos sobre a produção no assentamento, bem como o acesso as políticas públicas e funcionamento das associações serão tratadas nos tópicos seguintes.

4.3 Quem são e como vivem os agricultores no Assentamento Olga Benário?

As famílias originalmente contempladas com parcelas no Assentamento Olga Benário, eram membros do MST e tinham trajetórias de anos de luta pela terra. Segundo Firmino (2013), em maioria viviam antes em outros municípios de Goiás, e estavam ou já tinham estado acampados, haviam participado de ocupações e manifestações.

O grupo não era homogêneo e não esteve reunido antecipadamente, antes de acamparem juntos estavam distribuídos em outros acampamentos no estado, o Anita Mantuano também em Ipameri, Antônio Conselheiro em Catalão, Canudos nos municípios de Campestre, Guapó e Palmeiras de Goiás, o Chico Mendes em Niquelândia, Dorcelina Folador em Santa Helena, Dom Hélder em Itaberaí, João do Vale em Caldas Novas, Pequena Vanessa em Piracanjuba e Roseli Nunes em Jussara e em outros três que não tiveram os nomes informados, nos municípios de Goiânia, Itumbiara, Jaupaci e Rio Verde.

Sabe-se que hoje parte das parcelas do assentamento não pertencem mais às famílias as quais foram inicialmente destinadas, elas foram vendidas. A irmã Maria Inês de Oliveira (CPT) relata que as motivações são diversas, mas a mais recorrente é a dificuldade de se manter na terra. Mitidiero Junior (2011) destaca que na materialização da conquista da terra, emergem uma série de dilemas, entre os quais aparece como grande gargalo a transmutação de sem terra a assentado, justamente pelo desafio que é a luta na terra. O simples fato de perceber o acesso a terra não garante a permanência nela.

Por meio de políticas públicas a permanência nos assentamentos rurais vai se tornando mais viável. No assentamento Olga Benário a infraestrutura básica foi conquistada aos poucos, segundo Monteiro (2017) os recursos do Programa Crédito Moradia, destinado à construção das casas foi recebido em 2009 (R\$546.000,00), já a rede elétrica foi instalada em 2010 através do Programa Luz para Todos (R\$785.000,00).

Em quase todas as parcelas existem residências construídas (Fotos 11 e 12), inclusive existem casos onde há mais de uma casa, como no caso quando uma filha

e/ou filho se casa ou decide morar sozinho e constrói sua moradia no lote da família, há também um caso peculiar, com as famílias que integravam o extinto Coletivo Margarida Alves que construíram suas casas na mesma parcela, formando uma agrovila e para destinar as outras parcelas na totalidade para o cultivo de monocultura, com o fim do coletivo e a mudança na dinâmica produtiva dessas famílias, as residências ficaram distantes das parcelas.

Foto 11 – Assentamento Olga Benário – Residência as margens da rodovia



Fonte: Acervo próprio - Pesquisa de campo (2018)

Foto 12 – Assentamento Olga Benário- Residência de alvenaria



Fonte: Acervo próprio – Pesquisa de campo (2018)

Os tipos e tamanhos das residências variam bastante, a produção familiar individual também, o que não difere para as famílias do assentamento é a distância da cidade, que não é muito longa, cerca de 12 quilômetros, mas que precisam ser percorridos para ter acesso a equipamentos públicos básicos, como hospitais e unidades educacionais, já que a escola que havia no assentamento está desativada, os alunos deslocam-se para a cidade em ônibus escolar da prefeitura de Ipameri. Existem também moradores do assentamento que desenvolvem atividades profissionais na cidade e fazem o trajeto diariamente (FIRMINO, 2013).

Ao passo que a cidade é relativamente próxima, permite melhor dinamização na vida das famílias, no entanto também representa um risco, visto que a violência se desloca da cidade para o assentamento com a mesma facilidade.

A vida cotidiana no assentamento Olga Benário é repleta de contingências, parte delas serão apresentadas no próximo tópico.

4.4 As relações entre a CPT e as famílias do Assentamento Olga Benário de Ipameri (GO)

A Comissão Pastoral da Terra está presente em Ipameri e atuante junto ao Assentamento Olga Benário, por meio de agentes pastorais vinculados a Diocese de Ipameri, que abarca também os municípios de Anhanguera, Caldas Novas, Campo Alegre de Goiás, Catalão, Corumbaíba, Cumari, Davinópolis, Goiandira, Marzagão, Nova Aurora, Orizona, Palmelo, Pires do Rio, Rio Quente, Santa Cruz de Goiás, Três Ranchos e Urutaí.

Os trabalhos são coordenados pela agente pastoral Irmã Maria Inês de Oliveira (CPT), que há mais de 25 anos atua no assessoramento social nesta Diocese. Além dela, há também uma equipe diocesana representada por trabalhadoras e trabalhadores das Comunidades beneficiadas pelo trabalho da CPT na Diocese, além de representantes das Comunidades acompanhadas no Conselho Regional da CPT.

Conforme irmã Maria Inês de Oliveira (CPT), a CPT diocesana de Ipameri nasce junto com o Assentamento Olga Benário, mas só é formalizada em 2006, sob coordenação de Aline Cristina Nascimento, na época estudante do curso de graduação em geografia pela Universidade Federal de Goiás em Catalão. Entre 2008 e 2010 esteve a frente Sebastião Salgado. E por último e até os dias de hoje, assumiu a Irmã Maria Inês de Oliveira, a pedido de Dom Guilherme, Bispo da Diocese.

O primeiro contato nas dependências do Assentamento Olga Benário entre agentes da Comissão Pastoral da Terra e as famílias ocorreu ainda no período do acampamento (2004), quando o anúncio da venda do imóvel rural que daria origem ao assentamento, provocou insatisfação entre fazendeiros das propriedades vizinhas e até entre moradores da cidade. Neste momento a CPT atuou enquanto mediadora e apaziguadora da situação, visto que a igreja católica tinha boa receptividade entre maior parte dos fazendeiros da região.

Recebida a autorização para a efetiva entrada na propriedade, as famílias passaram a condição de pré-assentadas, inicialmente ocupando as imediações do retiro (FIRMINO, 2013). Por ocasião da entrada das famílias na fazenda, e claro em comemoração ao fechamento do contrato de venda do imóvel, o antigo proprietário ao retirar o gado da terra, doou uma cabeça para as famílias, para que fizessem uma comemoração, o que ocorreu no dia 23 de julho de 2005, com um grande churrasco que reuniu pouco mais de duzentas pessoas.

Passado o momento de comemoração e euforia era hora de se organizarem para se manterem até o parcelamento dos lotes, àquela altura a CPT retornou ao PA Olga Benário com intuito de reconhecer a condição de vida das famílias que habitavam ali. Conforme a Irmã Maria Inês (CPT), as maiores demandas assentavam-se na falta de ferramentas e insumos para o cultivo de hortas. O básico que para a sobrevivência humana também estava comprometido, ainda não era possível se manter com a produção e nem da produção, muitas pessoas do assentamento precisavam fazer “bicos” na cidade ou em fazendas nas imediações, em atividades como capina, diarista, pedreiro, lavrador etc. (FIRMINO, 2013). No sentido de promover melhor condição de vida paliativamente, a CPT e o MST, juntos, articularam a doação periódica de cestas básicas, além de empréstimo de ferramentas e orientação para o sucesso das hortas.

A luta pela terra se converte em luta na terra depois de efetivada a conquista, em todo início de assentamento os desafios são muitos, mas na avaliação da coordenadora da CPT diocesana de Ipameri, Irmã Inês (CPT), desde o princípio, o assentamento Olga Benário diferencia-se de outros pela organização e superação de barreiras para sua consolidação, a coordenadora não desconsidera as dificuldades, mas destaca que as mais latentes ocorreram por divergências ideológicas que resultou no rompimento de parte das famílias com o MST e formação de novos grupos e, mais recentemente o corte de verbas de políticas públicas das quais o assentamento é beneficiário.

A CPT diocesana de Ipameri esteve presente e atuante no momento que marcou a fragmentação do grupo, ao passo que orientou a organização das famílias em associação, o que originou a Associação de Produtores do Assentamento Olga Benário (ASPROAB), foi oferecido através de parceria com a Entidade Cáritas Brasileiras²³, projeto com recursos do Fundo Nacional de Solidariedade, que financiou a produção de hortaliças e mandioca (PEIXOTO, 2016). Irmã Maria Inês (CPT) destaca que a CPT foi responsável por oferecer formação para o fortalecimento do

23

A Cáritas Brasileira é uma entidade de promoção e atuação social que trabalha na defesa dos direitos humanos, da segurança alimentar e do desenvolvimento sustentável solidário. Sua atuação é junto aos excluídos e excluídas em defesa da vida e na participação da construção solidária de uma sociedade justa, igualitária e plural. Fundada em 1956, é vinculada a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Possui mais de 15 mil agentes voluntários e assalariados que atuam em 450 municípios.

assentamento através de negociação e organização financeira, agroecologia e boas práticas de manipulação de alimentos.

Embora a participação nas associações seja da família, nota-se que a presença feminina é preponderante a masculina, inclusive em se tratando de liderança e nos cargos de gestão. Alguns fatores colaboraram para que as mulheres estivessem a frente nessas iniciativas, o pensamento patriarcal que coloca o homem enquanto provedor por exemplo fez com que em grande parte os homens buscassem formas de obtenção de renda fora do assentamento, enquanto as mulheres permaneciam administrando a rotina no local. Essa realidade se repete Brasil a fora, e a percepção da importância de incentivar o protagonismo feminino ainda transformando o discurso entre os movimentos sociais e outras entidades.

Para além da participação nas atividades na terra, as mulheres sempre estiveram presentes na luta pela terra, mas por muito tempo como coadjuvantes, sem direito a voz, sem poder decisão, mas resistindo. Duas mulheres foram precursoras dos esforços pelo reconhecimento da força feminina na luta pela terra no Brasil, Margarida Alves e Elizabeth Teixeira. O MST incluiu em sua agenda de prioridades a formação para a re-significação das mulheres como sujeitos políticos na luta pela/na terra (ESMERALDO, 2008), a CPT compactua com este pensamento e no mesmo sentido vem se posicionando e implementando ações para promover o protagonismo feminino, o que fica impresso na fala da irmã Maria Inês (CPT) ao lembrar sua trajetória junto a Diocese de Ipameri:

[...]Há mais de 25 anos que venho trabalhando na Diocese de Ipameri. Inicialmente na Coordenação das obras sociais da Diocese da Pastoral Social, onde trabalhamos principalmente com os mais pobres, com diversos projetos de assistência e promoção social junto às comunidades beneficiadas. Através da Ação Social Diocesana entidade jurídica, fundou Creches em Ipameri para acolher os filhos das mulheres que trabalhavam como boias-frias nos projetos produtivos da região da Chapada. [...] nos finais de semana que mães tinham tempo disponível elas recebiam formação através de oficinas, cursos profissionalizantes, orientações sobre saúde, cuidados de higiene e formação humana e espiritual. Paralelo a esse projeto a Entidade mantinha vários projetos de geração de renda para as mulheres e sua própria manutenção. Como: Panificadora Comunitária, marcenaria, fabrica de vassoura, diversos artesanatos e uma chácara produtiva, onde era produzida parte dos alimentos destinados, à alimentação das crianças e adolescentes. (Entrevista realizada em 04/03/2018).

Junto ao Assentamento Olga Benário, o incentivo ao protagonismo feminino, pregado pela CPT alcançou seu primeiro sucesso com a ASPROAB, que conseguiu através da articulação feminina introduzir no mercado local a entrega periódica de hortaliças e mais tarde de leite.

Em 2011, novamente sob influência das formações oferecidas pela CPT e por iniciativa de um grupo de mulheres do assentamento, foi fundada a segunda associação do assentamento, a ASCRAF, sob a presidência de Gesoni da Silva Cortês, que disponibilizou parte de sua parcela e mobilizou recursos próprios para dar início ao projeto de construir uma panificadora coletiva. Segundo Peixoto (2016) as mulheres buscaram formação junto ao Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), através do qual participaram dos cursos de panificação e confeitaria.

Membros da ASPROAB, a associação mais antiga, também fizeram os cursos, e começaram sua produção de panificados, em princípio utilizando a panificadora da ASCRAF, só no ano de 2014, por meio de mobilização de recursos dos associados foi implantada a segunda panificadora do assentamento. Além disso, estabeleceu-se a colaboração das famílias em R\$340,00 durante 6 meses, afim de fazer melhorias e adquirir veículo para o transporte dos produtos, o que aconteceu no segundo de atividade da panificadora (PEIXOTO, 2016).

Mais importante que incentivar a organização das associações, a atuação da CPT foi fundamental para o sucesso das mesmas, visto que conforme a irmã Maria Inês, esta entidade foi assessora para o acesso as políticas públicas PAA e PNAE, que ajudaram a alavancar a economia do assentamento.

As atividades das associações são variadas, consistem desde a criação de galináceos, suínos, produção leiteira, até a produção de panificados (Foto 13), que são o carro-chefe na geração de receita. O principal destino da produção das associações são as unidades escolares dos municípios de Ipameri e Pires do Rio por meio do PNAE, parte da produção é adquirida através do PAA, e a menor parte é vendida para o comércio local, em feiras e vendas particulares (MONTEIRO, 2017).

Foto 13 – Assentamento Olga Benário – Produção de panificados



Fonte: Agência SEBRAE de Notícias (2014)

É importante frisar que tanto a ASCRAF quanto a ASPROAB também tiveram sua infraestrutura melhorada através de benefícios recebidos da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), que consistiram em forno, batedeira, modelador de pães e computadores. Mais recente, no ano de 2017, conforme a irmã Maria Inês de Oliveira a CPT viabilizou a doação de um trator com todos os implementos necessários para a otimização da produção no assentamento.

Com a demanda crescente por produtos orgânicos, esse nicho de mercado tem despertado o interesse entre as famílias do assentamento Olga Benário, para além do incremento financeiro que a venda desses produtos pode representar, faz parte do modo de vida camponês ações que visam utilizar os recursos naturais de forma sustentável, respeitando a terra. No sentido de melhorar a experiência das famílias na produção de orgânicos, a CPT propôs a introdução de princípios da agroecologia, efetivando a nível familiar a ideia de quintais agroecológicos (Foto 14) e agrofloresta coletiva para a comercialização através dos produtos através das associações. A irmã Maria Inês de Oliveira relata que a agroecologia tem sido um dos focos do viés educativo da CPT, no país como um todo.

Foto 14 - Assentamento Olga Benário - Quintal agroecológico



Fonte: Acervo próprio - Pesquisa de campo (2018)

Além das iniciativas citadas, a CPT participou de outros momentos importantes na trajetória do assentamento Olga Benário, segundo a irmã Maria Inês de Oliveira a entidade esteve presente nas articulações por energia elétrica, transporte escolar, manutenção das estradas, educação do campo, construção de pontes, além de pequenos projetos financeiros para a geração de renda.

Presumimos que o envolvimento entre a CPT e as famílias do assentamento Olga Benário tem resultado em um bom relacionamento entre as partes, o que foi confirmado pela coordenadora da CPT Diocesana de Ipameri: *“Considero uma relação muito positiva, temos dialogado bem sobre as questões relativas ao desenvolvimento do assentamento e eles tem acolhido bem nossas propostas.”* Questionada sobre a receptividade das famílias de outros credos religiosos, irmã Maria Inês afirma que não tem problemas, que o respeito é mútuo e que embora aconteçam intervenções de cunho religioso eventualmente, a participação é livre e nenhuma ação social ou de assessoria é condicionada a ela.

Irmã Maria Inês de Oliveira faz uma avaliação positiva do assentamento Olga Benário, considera que em aspectos gerais está muito bem e caminhando para a consolidação, mas faz uma observação que reflete não só os anseios das famílias do desse assentamento, mas dos camponeses do Brasil como um todo, ela diz que a

CPT trabalha com os pés no chão, mas com esperança de que um dia seu trabalho não seja mais necessário, que os camponeses alcancem o justo e deixem de ser tratados a mesmo nível do agronegócio. Justiça, objetivo em comum, objetivo que dá sentido a atuação da CPT na luta pela terra.

4.5 O cotidiano no Assentamento Olga Benário

A rotina no Assentamento Olga Benário envolve uma série de atividades típicas da vida camponesa no Brasil, mas por trás do corriqueiro, escondem-se as peculiaridades que dão identidade a este assentamento.

Os dias começam cedo, antes mesmo do sol raiar três grupos distintos se levantam para começar o dia, os homens que se dedicam a ordenha de suas vacas, visto que o leite é recolhido diariamente pelo caminhão dos Laticínios Carvalho (Ipameri) por volta das 08h30. O segundo grupo é o das mulheres que trabalham nas panificadoras da ASCRAF e ASPROAB, que começam a trabalhar antes das 06h e por último as crianças e adolescentes que estudam no período matutino e dependem do transporte escolar do município para ir e voltar da escola.

Nas panificadoras das associações são produzidos panificados que têm destinação principal instituições públicas através do PAA e PNAE, em razão do preço defasado (pães R\$6,00/kg, roscas R\$9,00/kg, bolos R\$8,00/kg) a atividade produtiva é intensificada para gerar excedentes a serem comercializados através de vendas diretas e para o comércio local, já que desta forma é possível estabelecer valor compatível custo da produção (PEIXOTO, 2016).

Além das panificadoras a ASCRAF e ASPROAB, mantém o cultivo da mandioca, da qual é feita a farinha e polvilho (FIRMINO, 2013), milho e hortaliças, que tem a mesma destinação dos panificados. Existem também unidades de abate de suínos e aves, além de fábrica de linguiças. Esses produtos também enfrentam a defasagem dos preços, variando entre R\$7,00 e R\$10,00 (PEIXOTO, 2016) acentuada pelo alto preço dos combustíveis utilizados nos veículos de entrega.

A COOPMAFI tem uma dinâmica diferente das associações. O foco da cooperativa é a produção e o beneficiamento de frutas e especiarias, com destaque para as pimentas. Os cooperados produzem geleias, conservas, polpas, compotas, doces cristalizados e doces em barras. A COOPMAFI ainda que teve início das

atividades no ano de 2016, ainda não acessou políticas públicas e depende exclusivamente da receita gerada com vendas diretas e com a inserção no comércio da região, o que acarreta em dificuldade e instabilidade para o negócio, por esse motivo, o número de cooperados já reduziu desde a sua fundação.

A participação da família em uma associação não exclui a possibilidade de participação em outra ou na cooperativa, existem casos assim. Além disso, segundo Irmã Maria de Inês de Oliveira, existe muitas vezes parceria entre as associações e cooperativa e menciona o empréstimo das dependências da ASCRAF para que a ASPROAB produzisse panificados quando ainda não tinha sua própria panificadora. Ela ressalta que não há rivalidade ou competição entre as associações, a espaço para todos.

Homens e mulheres estão envolvidos nas atividades econômicas do assentamento, nota-se baixa adesão da população jovem, o que é expresso ao analisarmos o perfil dos moradores do assentamento, cujo a idade média é de 48 anos, variando entre 28 e 66 anos se excluindo as crianças (MONTEIRO, 2017).

A configuração familiar varia entre um e oito membros, sendo que em maioria as famílias são compostas por 4 pessoas. Quanto ao nível de formação dos moradores, a maior parte, cerca de 60% possuem Ensino Fundamental incompleto e apenas 2,4% possuem Ensino Superior completo (MONTEIRO, 2017).

Práticas coletivas, para além das relações de trabalho, marcam nessa comunidade, o espírito de generosidade e a solidariedade que são expressos através de mutirões para a construção e manutenção de edificações (FIRMINO, 2013), a união e a fé expressas através da realização de cultos, missas, novenas, folia de reis e, amizade e companheirismo celebrados nas festas e comemorações.

Considera-se o cotidiano no assentamento pacífico e amistoso, embora tenha havido situações conflitantes no passado, essa realidade não reflete o momento atual, o espírito de coletividade é preponderante e tem gerado bons resultados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O espaço rural brasileiro, cenário de tantas contradições é também *locus* de resistência e (re)existências inerentes ao cotidiano camponês. Sem perder a identidade o campesinato se reinventa, num movimento dinâmico que de forma consciente ou não, tem o foco na luta pela terra, para nela permanecer.

Entre os grandes desafios destaca-se o enfrentamento as pressões do capital agrário, que expropria e massacra o camponês, além da própria sobrevivência condicionada pela dificuldade ao acesso a políticas públicas que são fundamentais para essa classe. A organização camponesa em movimentos sociais é uma estratégia que confere força, voz e visibilidade para a luta, alcançando aos poucos pequenas, mas importantes conquistas.

A luta pela/na terra mobilizou no país outros atores sociais, além dos diretamente envolvidos *a priori*, como é o caso da Comissão Pastoral da Terra (CPT), que se dedica integralmente as questões que envolvem todos os aspectos do campesinato, com destaque para os conflitos e seus desdobramentos.

Com esta pesquisa, que teve por objetivo compreender a atuação da CPT na Diocese de Ipameri (GO), pudemos conhecer um modelo prático aplicado de sua pedagogia, ideais e valores. Buscamos reconhecer as características de sua identidade, uma vez que soubemos antecipadamente que a nível nacional a entidade é heterogênea.

Pensando do macro para o micro, constatou-se que o trabalho na CPT Centro-Sul de Goiás, aproxima-se muito do realizado na secretaria nacional, o que é associado por alguns de seus membros a proximidade e a estreita relação entre ambas. Já na Diocese de Ipameri, nota-se que a atuação da CPT preserva e valoriza a missão, ideias e valores da entidade, mas imprime características pessoais da coordenação, que é afeita ao empoderamento feminino por meio de sua emancipação social e econômica, por exemplo.

Ao analisar a atuação da CPT Diocesana de Ipameri junto as famílias do Assentamento Olga Benário, nota-se o profundo envolvimento e simpatia entre as partes. Os agentes pastorais da CPT empenham-se para propor e buscar soluções para demandas do cotidiano das famílias. Por sua vez, os assentados têm respondido com interesse e disponibilidade as propostas da CPT. Juntos, tem alcançado algumas conquistas importantes, como acesso a políticas públicas, infraestrutura e

empreendimentos para a geração coletiva de renda, o que alavancou a economia do assentamento. É importante frisar que embora haja proposições e direcionamentos por parte da CPT, o protagonismo é sempre da comunidade.

Em nossa pesquisa, tivemos oportunidade de conhecer a atuação da CPT pautados por narrativas dos próprios agentes pastorais da entidade. No entanto, por se tratar da análise da relação entre a entidade e a comunidade, faz-se necessário em um segundo momento, dar voz ao outro lado.

Nesse sentido, é importante reforçar que a análise empreendida nesta pesquisa está longe de esgotar a multiplicidade de significados e resultados que tem à atuação da Comissão Pastoral da Terra na Diocese de Ipameri e junto as famílias do Assentamento Olga Benário.

Pessoalmente, realizar essa pesquisa significou minha imersão num universo que eu admirava a distância; me permitiu desmistificar preconceitos e aguçou meu interesse por conhecer ainda mais o cotidiano camponês, compreender seus objetivos, suas lutas, sabores e dissabores.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Maria do Amparo Albuquerque. **Terras de Goiás: estrutura fundiária (1850-1920)**. Goiânia: UFG, 2003. 237 p.
- AGUIAR, Maria do Amparo Albuquerque. **Integração das Terras do Centro-Oeste: O caso de Goiás**. Estudos Vida e Saúde, Goiânia, v 34, n. 5, p. 783 a 802, 2007.
- ALENCAR, Maria Amélia Garcia de. **Estrutura fundiária em Goiás: consolidação e mudança (1850/1910)**. Goiânia: Ed. UCG, 1993.
- ALTAFIN, Iara. **Reflexões sobre o conceito de agricultura familiar**. MST em dados. Disponível em: http://mstemdados.org/sites/default/files/Reflex%C3%B5es%20sobre%20o%20conceito%20de%20agricultura%20familiar%20-%20Iara%20Altafin%20%202007_0.pdf Acesso em 12 de dezembro de 2016.
- ARRAIS, Tadeu Alencar. Economia. In: _____. **A produção do território goiano: economia, urbanização, metropolização**. Goiânia: Editora da Universidade Federal de Goiás, 2013. p. 25-96.
- BETTO, Frei. **O que é Comunidade Eclesial de Base**. Abril Cultural, 1985.
- BERTRAN, P. **Uma introdução à história econômica do Centro-Oeste do Brasil**. Brasília: CODEPLAN, Goiânia: UCG, 1988. 148 p.
- BEZERRA, Luiza Maria Capanema; CLEPS JÚNIOR, João. **O desenvolvimento agrícola da região Centro-Oeste e as transformações no espaço agrário do estado de Goiás**. Caminhos de Geografia, Uberlândia, v. 2, n. 12, p. 29-49, jun. 2004.
- BOFF, Leonardo; BOFF Clovis, **Como fazer teologia da libertação**. Petrópolis: Vozes, 2010.
- BOLÍVAR, Antonio. Metodología de la investigación biográfico-narrativa: recogida y análisis de datos. In: PASSEGGI, M. C. e ABRAHÃO, M. H. M. B. **Dimensões epistemológicas e metodológicas da pesquisa (auto)biográfica**. Tomo II. Natal: EDUFRN; Porto Alegre: EDIPUCRS; Salvador: EDUNEB, 2012b, 79-110.
- BORGES, Barsanúfo Gomides. **Goiás nos quadros da economia nacional: 1930 – 1960**. Goiânia: Ed. da UFG, 2000.
- BRANDÃO, Carlos. **Territórios com Classes Sociais, Conflitos, Decisão e Poder** In: ORTEGA, A. C.; ALMEIDA F., N. A. (organizadores) (2007). Desenvolvimento territorial, segurança alimentar e economia solidária. Campinas, Editora Alínea, 2007.
- BRANDÃO, Hilma Aparecida. **Memórias de um tempo perdido: a estrada de ferro Goiás e a cidade de Ipameri (Início do século XX)**. 2005. 115 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2005.

BRASIL. Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964. Dispõe sobre o Estatuto da Terra. **Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]**, Brasília, DF, v. 134, n. 248, 23 dez. 1996. Seção 1, p. 27834-27841.

CAMACHO, Rodrigo Simão. A relação dos movimentos socioterritoriais camponeses com a Universidade por meio do PRONERA: diálogos e tensionamentos. In: **Revista NERA**, Ano XX Nº 39, 2017. p. 186- 210.

CASTILHO, Denis. **Estado e rede de transportes em Goiás (1889- 1950)**. In: Anais do XII Colóquio Internacional de Geocrítica, 2012, p. 1-17.

CHAUL, Nasr Fayad. **Caminhos de Goiás – da construção da decadência aos limites da modernidade**. 2. ed. Goiânia: UFG, 1997.

CPT (Comissão Pastoral da Terra). **Conflitos no Campo Brasil**, Goiânia: Gráfica e Editora Pe. Berthier, anos 1985 – 1989< <http://www.cptnac.com.br> >

DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Félix. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia**. Vol. 3. Rio de Janeiro: Editora 34.

DELGADO, Guilherme Costa. **O setor de subsistência na economia e na sociedade brasileira: gênese histórica, reprodução e configuração contemporânea**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Brasília, 2004.

ESTEVAM, Luís Antônio. **O Tempo da Transformação: Estrutura e Dinâmica da Formação Econômica de Goiás**. Tese (Doutorado em Economia) – Universidade de Campinas, Campinas, 1997.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **MST: espacialização e territorialização**. São Paulo: HUCITEC, 1996.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Questão agrária: **conflitualidade e desenvolvimento territorial**. In: BUAINAIN, Antônio Márcio (Org.). Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil. Campinas: Unicamp, 2005.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Construindo um estilo de pensamento na questão agrária: o debate paradigmático e o conhecimento geográfico**. 2013. 2v. Tese (Livre-docência) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade Ciências e Tecnologia, 2013. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/106708>> Acessado em: 11/07/2017

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Entrando nos territórios do Território**. In Campesinato e Território em disputas. PAULINO, Eliane Tomiasi & FABRINI, João Edmilson (Org.) São Paulo: Expressão Popular, 2008.

FERNANDES, Bernardo Mançano. O MST e as reformas agrárias do Brasil. In: **Revista NERA**, Ano IX Nº 24, 2008. p. 73-85.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Sobre a tipologia de territórios. In Saquet, Marcos Aurélio. Sposito, Eliseu Savério (Orgs.) **Territórios e Territorialidades**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

FIRMINO, Waldivino Gomes. **Itinerários Camponeses**: de lá para cá e daqui pra li até o Assentamento Olga Benário em Ipameri (GO). 2013, 141f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal de Goiás, Campus Catalão, 2013.

FUNES, Eurípedes Antônio **Goiás 1800-1850**: Um período de transição da mineração à agropecuária. Goiânia: Editora da UFG, 1986.

GÓES, César H. B. **A Comissão Pastoral da Terra: História e ambivalências da ação da Igreja Católica no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Dissertação de Mestrado em Sociologia, 1997.

GRAZIANO DA SILVA, José. **O que é questão agrária**. 16. ed. São Paulo: Brasiliense, 1990. 115 p. (Primeiros Passos, 18).

GROSS, Ana. Austeridade é devastadora para comunidades rurais no Brasil. **Carta Capital**, São Paulo. Disponível em: assim, vc participa da rotina do seu filho em todas as. Acesso em: 21 de agosto de 2018.

HAESBAERT, Rogério **O mito da desterritorialização**. Do “fim dos territórios” à Multiterritorialidade., RJ, Bertrand Brasil, 2004.

HAESBAERT, Rogério **Da Desterritorialização à Multiterritorialidade**. Rio de Janeiro. In: Anais do V Congresso da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional - ANPUR, v. 3, 2001.

IBGE. **CENSOS Agropecuários**. 1970, 1975, 1980, 1985, 1991, 1995, 2000.

IBGE, **Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?codmun=521010&idtema=1300>
Acessado em: 14/07/2017

LISITA, Ciro. **Fronteira e Conflito**: o processo de ocupação das terras de Goiás. Boletim Goiano de Geografia / Instituto de Química e Geociências. 1996, vol. 16, p. 29-40.

LOUREIRO, Walderez Nunes. **O aspecto educativo da prática política**: a luta do arrendo em Orizona (GO). Goiânia, Centro Editorial e Gráfico da UFG, 1982.

LOWY, Michael. **Marxismo e Teologia da Libertação**. São Paulo: Cortez, Autores Associados, 1995.

LUZ, Maria Amélia Alencar. **Estrutura fundiária em Goiás**: consolidação e mudanças (1850 – 1910). Goiânia: UFG, 1982.

- MAIA, Cláudio Lopes. **Lei de Terras de 1850 e a ocupação da fronteira**: uma abordagem sobre a História da ocupação das terras em Goiás . In: Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH, São Paulo, 2011.
- MARTINS, José de Souza. A questão agrária brasileira e o papel do MST. In: STÉDILE, João Pedro (org.). **A reforma agrária e a luta do MST**. Petrópolis: Vozes, 1997.
- MARTINS, José de Souza. **Reforma agrária – o impossível diálogo**. São Paulo: EDUSP, 2001.
- MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra**. 9.ed. São Paulo: Contexto, 2010.
- MATOS, Patrícia Francisca de. **As tramas do agronegócio nas “terras” do Sudeste Goiano**. 357 f. Tese. (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2011.
- MATOS, Patrícia Francisca de; PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. Observação e entrevista: construção de dados para a pesquisa qualitativa em geografia agrária. In RAMIRES, Júlio Cesar de Lima.; PESSÔA, Vera Lúcia Salazar (Orgs.) **Geografia e pesquisa qualitativa**: nas trilhas da investigação. Uberlândia: Assis, 2009.
- MENDES, Estevane de Paula Pontes e FERREIRA, Idelvone Mendes. **A organização do espaço agrário em Goiás**: povoamento e colonização (do século XVIII ao XX). In: Anais do XIX Encontro Nacional de Geografia Agrária, São Paulo, 2009, p. 1-27.
- MITIDIERO JUNIOR, Marco Antônio. **A ação territorial de uma igreja radical**: teologia da libertação, luta pela terra e atuação da comissão pastoral da terra no Estado da Paraíba. 2008. 501 f. Tese (Doutorado em geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- MONTEIRO, Rafael de M. **Relações de poder, territórios e territorialidades**: as travessias da vida no Assentamento Olga Benário em Ipameri (GO). 150f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Goiás, Catalão, 2013.
- MONTEIRO, Rafael de M. **As relações de poder e as territorialidades nos assentamentos do sudeste goiano**. 160f. Tese (Doutorado em Geografia) Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Presidente Prudente, 2017.
- MST. **Assassinatos no campo**: crime e impunidade. 2ª ed. – São Paulo: Graal, 1987.
- NETO, R. M. (Coord.). **Plano de desenvolvimento do projeto de Assentamento Olga Benário**. MDA/ INCRA: Ipameri, 2006/2007.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **A Geografia Agrária e as Transformações Territoriais Recentes no Campo Brasileiro**. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri (Org.). **Novos Caminhos da Geografia**. São Paulo: Contexto, 1999, p. 63-110
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: FFLCH, 1987, 184p.

PALACÍN, Luiz. **O século do ouro em Goiás**. 3. ed. Goiânia: Oriente/INL-MEC, 1979.

PEIXOTO, Ângela Maria Martins. **Políticas públicas e agricultura camponesa: análise do PAA e do PNPB nos municípios de Ipameri e Jataí-GO**. 2016. Dissertação (Mestrado em geografia). Universidade Federal de Goiás, 2016.

PESSOA, Jadir de Moraes. **A Igreja da denúncia e o silêncio do fiel**. Campinas- SP: Alínea, 1999. 195 p.

PESSOA, Jadir de Moraes. **A revanche camponesa**. Goiânia: UFG, 1999.

PRADO, Luiz Carlos Delorme, EARP, Fábio Sá. O “milagre” brasileiro: crescimento acelerado, integração internacional e concentração de renda (1967-1973). In FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia (org.). **O Brasil republicano vol.4 – O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2003.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1980.

RATZEL, Friedrich. Geografia do homem (Antropogeografia). In: MORAES, Antônio Carlos R (Org.); FERNANDES, Florestan (Coord.). **Ratzel**. São Paulo: Ática, 1990. p 32-150. (Col. Grandes Cientistas Sociais, 59)

SAQUET, Marcos Aurelio. **A descoberta do território e outras premissas do desenvolvimento territorial**. In: Revista brasileira de estudos urbanos e regionais. V. 20, n. 3, 2018.

SIMONETTI, Mírian Cláudia Lourenço. A geografia dos conflitos agrários no campo brasileiro: Os dados do governo Lula. São Paulo, **Perspectivas- Revista de Ciências Sociais**, v. 36, p. 19- 40, 2009.

SILVA, José Santana. A CPT regional Goiás e a política partidária (1976- 2002). Anápolis, **Revista Plurais Virtual**, v. 3, n. 1, Edição Especial, p. 109- 141, 2013.

_____. **A CPT Regional Goiás e a questão sociopolítica no campo (1976-2002)**. 2003. 209 fls. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2003.

STÉDILE, João Pedro **A questão agrária no Brasil: o debate tradicional: 1500-1960**. São Paulo: Expressão Popular, 2005. 303p.

SUPERINTENDÊNCIA DO PLANO DE VALORIZAÇÃO ECONÔMICA DA AMAZÔNIA – SPVEA. **Plano de Emergência**. Belém: Gráfica Falangola Editora, 1954.

THOMSON, Alistair. "Fifty Years On: An International Perspective on Oral History". In **Journal of American History** vol. 85, nº 2, September, pp. 581-595, 2000.

VIEIRA, Mariney Aparecida F. R. Dutra. **Assentamento São Domingos dos Olhos D'Água em Morrinhos/GO: a luta para entrar e o desafio para permanecer na terra**.

2010. 137 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2010.

APÊNDICES



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
CAMPUS CATALÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
GEOGRAFIA E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

Título da pesquisa: A LUTA PELA TERRA NO SUDESTE GOIANO: O Assentamento Olga Benário de Ipameri (GO) pela narrativa de agentes pastorais da Comissão Pastoral da Terra- CPT.

**ROTEIRO DE ENTREVISTA A AGENTE PASTORAL DA COMISSÃO PASTORAL
 DA TERRA NACIONAL**

Entrevistada (o): _____

Local: _____ Data: ____/____/____

- 1) Qual é a sua função e atribuições junto a CPT?
- 2) Há quanto tempo você integra a CPT?
- 3) Qual era o contexto histórico da época da criação da CPT?
- 4) O que motivou a criação da CPT?
- 5) Como a CPT se estrutura?
- 6) Quais são os eixos de atuação da CPT?
- 7) Como a CPT Nacional se mantém?
- 8) Quais foram e quais são hoje os maiores desafios que a CPT enfrenta para a realização de suas atividades?
- 9) Como aconteceu espacialização da CPT pelo Brasil?
- 10) Tendo em vista o número de CPTs, pode se afirmar que é um projeto que tem unidade?
- 11) Atualmente, qual tem sido a principal questão a qual a CPT tem se dedicado?

- 12) Em geral, como é o relacionamento entre a CPT e os movimentos sociais?
- 13) Existe articulação da CPT com agentes de outros credos?
- 14) Sobre a Regional Centro-Sul, você participou da criação desta regional?
(Caso positivo, pedir que o entrevistado conte sobre a criação da Regional).



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
CAMPUS CATALÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
GEOGRAFIA E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

Título da pesquisa: A LUTA PELA TERRA NO SUDESTE GOIANO: O Assentamento Olga Benário de Ipameri (GO) pela narrativa de agentes pastorais da Comissão Pastoral da Terra- CPT.

**ROTEIRO DE ENTREVISTA A AGENTE PASTORAL DA COMISSÃO PASTORAL
 DA TERRA NACIONAL- REGIONAL CENTRO-SUL**

Entrevistada (o): _____

Local: _____ Data: ____/____/____

- 1) Qual é a sua função e atribuições junto a CPT?
- 2) Há quanto tempo você integra a CPT?
- 3) Você poderia contar sobre o processo fundação da CPT-Regional Centro Sul?
- 4) Quais são as atividades desenvolvidas na Regional Centro-Sul?
- 5) Como a CPT Regional Centro-Sul se mantém?
- 6) Quais são os maiores desafios para a manutenção das atividades da CPT?
- 7) Quantas CPTs Diocesanas são vinculadas a CPT- Regional Centro-Sul?
- 8) Em qual região do estado a CPT é mais atuante? Qual é a motivação?
- 9) No caso da CPT na Diocese de Ipameri, em que momento suscitou a necessidade de criá-la?
- 10) O que você destaca na atuação da CPT Centro-Sul?



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
CAMPUS CATALÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
GEOGRAFIA E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

Título da pesquisa: A LUTA PELA TERRA NO SUDESTE GOIANO: O Assentamento Olga Benário de Ipameri (GO) pela narrativa de agentes pastorais da Comissão Pastoral da Terra- CPT.

**ROTEIRO DE ENTREVISTA A AGENTE PASTORAL DA COMISSÃO PASTORAL
 DA TERRA NA DIOCESE DE IPAMERI (GO)**

Entrevistada (o): _____


Local: _____ Data: ____/____/____


- 1) Qual é a sua função e atribuições junto a CPT?
- 2) Há quanto tempo você integra a CPT?
- 3) Em que momento a CPT passa a atuar na Diocese de Ipameri?
- 4) Quando você iniciou sua atuação junto a Diocese de Ipameri?
- 5) Quantos agentes pastorais existem na região?
- 6) O que você destaca na atuação da CPT em Ipameri?
- 7) No decurso da atuação da CPT em Ipameri quais momentos você destaca?
- 8) Na sua opinião, quais são os maiores desafios enfrentados por camponeses no município?
- 9) Sobre o assentamento Olga Benário, quando se deu o primeiro contato entre a CPT as famílias?
- 10) Como é o relacionamento das famílias do Olga Benário para com a CPT?


- 11) Quais foram os tipos de intervenção que a CPT realizou/realiza junto ao Olga Benário?
- 12) Na sua opinião, quais são os maiores desafios enfrentados pelas famílias do Olga Benário?
- 13) O que você destaca no Assentamento Olga Benário?

ANEXOS

ANEXO 1 - Decreto de desapropriação da Fazenda Ouro Verde - Ipameri (GO)


CÂMARA DOS DEPUTADOS

[Fale Conosco](#) | [Acesso à Informação](#) | 



[Institucional](#) | [Deputados](#) | [Atividade Legislativa](#) | [Orçamento da União](#) | [Transparência](#) | [Comunicação](#) | [Participe](#)

Página Inicial / Atividade Legislativa / Legislação / Detalhes da Norma

Legislação



Legislação Informatizada - DECRETO DE 11 DE AGOSTO DE 2004 - Publicação Original

Veja também:

- [Dados da Norma](#)

DECRETO DE 11 DE AGOSTO DE 2004

Declara de interesse social, para fins de reforma agrária, os imóveis rurais que menciona, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 184 da Constituição, e nos termos dos arts. 2º da Lei Complementar nº 76, de 6 de julho de 1993, 18 e 20 da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, e 2º da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993,

DECRETA:

Art. 1º Ficam declarados de interesse social, para fins de reforma agrária, nos termos dos arts. 18, letras "a", "b", "c" e "d", e 20, inciso VI, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, e 2º da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, os seguintes imóveis rurais:

I - "Fazenda Andreza, Xique-Xique e Poço das Pedras", com área de mil, quatrocentos e dezessete hectares, situado no Município de Forquilha, objeto do Registro nº R-6-376, Ficha 01, Livro 2-E, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Sobral, Estado do Ceará (Processo INCRA/SR-02/nº 54130.000551/2003-78);

II - "Fazenda Ouro Verde", com área de quatro mil, trezentos e vinte e dois hectares, situado no Município de Ipameri, objeto do Registro nº R-10-564, fls. 264, Livro 2-B, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Ipameri, Estado de Goiás (Processo INCRA/ SR-04/nº 54150.001429/2003-81);

III - "Fazenda Monte Cristo", com área de dois mil, novecentos e sessenta e cinco hectares, setenta e sete ares e quatro centiares, situado no Município de Penalva, objeto do Registro nº R-1-80, fls. 75, Livro 2-B, do Cartório do 1º Ofício da Comarca de Penalva, Estado do Maranhão (Processo INCRA/SR-12/nº 54230.000151/2003);

IV - "Fazenda Arizona", com área de sete mil, cinqüenta e dois hectares, oitenta e cinco ares e quatrocentos e nove centiares, situado no Município de Santana do Araguaia, objeto do Registro AV-2-3.699, fls. 01v, Livro 2-S, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Santana do Araguaia, Estado do Pará (Processo INCRA/ SR-27/nº 54600.001509/2001-29); e

V - "Fazenda 68", com área de mil, noventa e dois hectares, vinte e três ares e catorze centiares, situado nos Municípios de Remígio e Algodão de Jandaíra, objeto do Registro nº R-1-5.397, fls. 20, Livro 2-AD, do Serviço Registral do 1º Ofício da Comarca de Esperança, Estado da Paraíba (Processo INCRA/SR-18/nº 41420.0011/90-10).

Art. 2º Excluem-se dos efeitos deste Decreto os semoventes, as máquinas e os implementos agrícolas, bem como as benfeitorias existentes nos imóveis referidos no art. 1º e pertencentes aos que serão beneficiados com a sua destinação.

Art. 3º O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA fica autorizado a promover as desapropriações dos imóveis rurais de que trata este Decreto, na forma prevista na Lei Complementar nº 76, de 6 de julho de 1993, e a manter as áreas de Reserva Legal e preservação permanente previstas na Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, preferencialmente em gleba única, de forma a conciliar o assentamento com a preservação do meio ambiente.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 11 de agosto de 2004; 183º da Independência e 116º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Miguel Soldatelli Rossetto

